

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SANDRO VIEIRA SOARES

**ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS
PESQUISADORES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL**

**Florianópolis
2010**

SANDRO VIEIRA SOARES

**ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS
PESQUISADORES EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Profa. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher.

Co-orientadora: Profa. MSc. Kamille Simas Ebsen de Paiva.

**Florianópolis
2010**

Sandro Vieira Soares

ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PESQUISADORES EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS NO BRASIL

Esta monografia foi apresentada como TCC, no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, à banca examinadora constituída pela professora orientadora e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 16 de setembro de 2010.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Professora Elisete Dahmer Pfitscher, Dra.
Orientadora

Professora Kamille Simas Ebsen de Paiva, MSc.
Co-orientadora

Professora Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.
Membro

Dedico este trabalho à minha mãe,
que me apoiou incondicionalmente durante todo o tempo.

Agradecimentos

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, principalmente à minha mãe, por todo o apoio e atenção.

Agradeço à minha orientadora, professora Elisete, à minha co-orientadora, professora Kamille, e à professora Denize, por todo o aprendizado que me proporcionaram durante os anos de graduação.

Agradeço aos meus colegas de sala de aula, que acabaram se tornando grandes amigos, como Ana, Célia, Rafael, Sílvia e Fernanda.

Agradeço aos meus colegas de curso e de estágio, que acabaram se tornando amigos para toda a vida, como Jovani, Dione, Neto, Gustavo, Aldeci, Cláudio, Fernando, Letícia e Leonardo.

Agradeço a Sandra e a Carol, do Departamento, pelo apoio.

Agradeço ao Fernando, a Lara, a Francielen e a Roseli pela amizade de longa data.

Agradeço a muitos outros cujos nomes não cito, mas que me apoiaram e que conhecem cada passo que dei nesta caminhada.

E, por fim, faço meu maior agradecimento a Deus, que colocou pessoas tão fantásticas e maravilhosas no meu caminho e que tornaram os meus anos na graduação inesquecíveis.

“Eis que estou convosco todos os dias, até o fim dos tempos.”

Mateus: 28, 20.

Lista de Figuras

Figura 1 – Distribuição de publicações segundo a Lei de Lotka.....	22
Figura 2 – Organização administrativa das IES segundo a natureza jurídica da mantenedora	29
Figura 3 – Organização administrativa das IES segundo a vocação social.....	29
Figura 4 – Períodos da história da Contabilidade, adaptados de Sá (1997, p. 16)	32
Figura 5 - Ano de criação dos grupos.....	38
Figura 6 - Datas em que os grupos tiveram a atualização mais recente	39
Figura 7 - Áreas em que os pesquisadores cursaram a graduação.....	40
Figura 8 - Número de graduações cursadas pelos pesquisadores.....	41
Figura 9 - Áreas em que os pesquisadores cursaram a especialização.....	42
Figura 10 - Áreas em que os pesquisadores cursaram o mestrado	44
Figura 11 - Áreas em que os pesquisadores cursaram o doutorado.....	45
Figura 12 - Distribuição dos pós-doutorados por ano de conclusão.....	50
Figura 13 - Áreas em que os pesquisadores cursaram a livre-docência	50

Lista de Anexos

Anexo A - Sumário do livro Summa de Arithmetica Geometria Proportioni i Proportionalitá.....	61
Anexo B - Primeira página do Alvará de 15 de julho de 1809, que instituiu as aulas de comércio.....	62

Lista de Quadros

Quadro 1 –Tipos de IES segundo a Organização Administrativa.....	29
Quadro 2 - Distribuição temporal das datas de conclusão da graduação	41
Quadro 3 - Distribuição temporal das datas de conclusão da especialização.....	43
Quadro 4 - Distribuição temporal das datas de conclusão do mestrado.....	45
Quadro 5 - Instituições em que os pesquisadores cursaram o doutorado.....	46
Quadro 6 - Países em que os pesquisadores cursaram o doutorado	47
Quadro 7 - Distribuição dos doutorados por ano de conclusão.....	47
Quadro 8 - Instituições nas quais os pesquisadores cursaram o pós-doutorado.....	48
Quadro 9 - Países nos quais os pesquisadores cursaram o pós-doutorado	49
Quadro 10 - Distribuição das livres-docências por ano de conclusão.....	51

Lista de Siglas

ABC	Academia Brasileira de Ciências
CAPES.....	Coordenação Nacional de Pessoal de Nível Superior
CF 88	Constituição Federal de 1988
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IES	Instituições de Ensino Superior
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

RESUMO

SOARES, Sandro Vieira. **Estudo sobre a formação acadêmica dos pesquisadores em Ciências Contábeis no Brasil**. Florianópolis, SC, 2010. 61 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Bacharelado em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o perfil acadêmico dos pesquisadores em Ciências Contábeis no Brasil. A metodologia foi classificada como descritivo-exploratória quanto aos objetivos, com uma abordagem quali-quantitativa. A amostra foi composta por 53 grupos de pesquisa de modo que a fração amostral foi de aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população. Quanto aos resultados, verificou-se que 40% dos grupos foram criados entre os anos de 2007 e 2008. A formação em nível de graduação dos pesquisadores foi identificada predominantemente nas áreas de Contabilidade, Administração, Economia e Direito. A formação em nível de mestrado dos pesquisadores foi principalmente nas áreas de Contabilidade, Administração, Engenharia de Produção e Economia. A maioria dos cursos de mestrado foi concluída em instituições brasileiras, mas alguns pesquisadores optaram por cursos em instituições francesas, norte-americanas, espanholas, portuguesas e britânicas. Em nível de especialização, as áreas predominantes foram: Contabilidade, Administração, Educação, Direito e Economia. A maioria destes cursos foi ministrada em instituições brasileiras, mas houve casos de cursos em instituições norte-americanas, britânicas e espanholas. A maioria dos pesquisadores que compôs a amostra se doutorou na área de Contabilidade em instituições brasileiras, principalmente na Universidade de São Paulo – USP, na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A maioria dos doutorados foi cursada entre os anos de 1996 e 2010. A análise dos pós-doutorados apontou que a maioria foi desenvolvida em instituições estrangeiras, como, por exemplo, a *University of Illinois*. Já no Brasil as duas instituições mais procuradas foram a Universidade de São Paulo e a Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. A análise apontou também que a maioria deles foi concluída entre 2001 e 2010. A análise em nível de livre-docência apontou que a área preponderante foi Contabilidade, seguida de Administração e Economia.

Palavras-Chave: Perfil acadêmico. Pesquisadores. Ciências Contábeis.

SUMÁRIO

Lista de Figuras	7
Lista de Anexos	8
Lista de Quadros	9
Lista de Siglas.....	10
RESUMO	11
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Problema.....	14
1.2 Objetivo Geral	14
1.3 Objetivos Específicos	14
1.4 Justificativa.....	14
1.5 Metodologia.....	15
1.6 Delimitação e Limitações	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1 A Ciência e o Conhecimento Científico	17
2.2 A Contabilidade.....	31
3 ANÁLISE DOS DADOS	38
3.1 Os Grupos de Pesquisa	38
3.2 Os Pesquisadores	39
3.2.1 Graduação	40
3.2.2 Especialização	42
3.2.3 Mestrado	44
3.2.4 Doutorado	45
3.2.5 Pós-doutorado	48
3.2.6 Livre-docência	50
4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	52
REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade, como ciência social, é um dos pilares sobre os quais se equilibram as relações comerciais. A importância da Contabilidade para a economia mundial é reconhecida por empresários, financistas, políticos e cientistas sociais.

As Ciências Contábeis têm como objeto de estudo o patrimônio das entidades e como objetivo o acompanhamento, o registro, a análise e a interpretação de suas modificações. A Contabilidade, como sistema de informações, é responsável por fornecer aos seus usuários as informações necessárias para o processo de tomada de decisão.

A natureza do objetivo da Contabilidade, bem como o meio no qual ela atua, a coloca ao lado de ciências como a Administração, a Economia e o Direito.

Sabe-se que o avanço da ciência depende de dois fatores principais: a pesquisa e a divulgação. As novas teorias devem ser criadas e depois divulgadas, sendo o âmbito universitário o espaço ideal para a ocorrência deste processo.

Desde a Idade Média as universidades têm sido um dos espaços mais favoráveis ao desenvolvimento das ciências. Pesquisadores e pensadores estiveram ligados a instituições de ensino superior desde a criação das universidades (SIMMONS, 2003), como Galileu Galilei e a Universidade de Pisa, Isaac Newton e a Universidade de Cambridge ou Marie Curie e a Sorbonne.

As pesquisas são um dos dois fatores que contribuem para o avanço da ciência, pois são responsáveis por levar a ciência adiante. São elas que podem alterar os limites do conhecimento existente. O segundo fator que contribui para o avanço da ciência é, certamente, a divulgação científica. De modo geral, o conhecimento criado torna-se inútil caso não se torne público. É essa publicidade que democratiza o saber e que empurra a ciência para novos territórios. A simples criação do conhecimento não permite o avanço da ciência, pois o mesmo pode ser descoberto/criado por dois cientistas em lugares diversos e até mesmo em momentos diferentes.

O que realmente vai contribuir para o avanço da ciência é a relação criação-divulgação do conhecimento, pois isto permite que um cientista avance do ponto onde um antecessor parou sua pesquisa.

Existe uma frase popularmente atribuída a Isaac Newton que diz “Se enxerguei mais longe foi porque me apoiei nos ombros de gigantes” (MEADOWS, 1999, p. 8). De fato, é com base no conhecimento já existente que os cientistas tentam construir suas descobertas.

Diante desse cenário, o presente trabalho visa relacionar as pesquisas nos cursos de Contabilidade analisando os grupos de pesquisas das Instituições de Ensino Superior - IES e o perfil dos pesquisadores que operam tais pesquisas.

1.1 Problema

As ciências podem ser divididas em naturais e sociais. Dentro das ciências sociais se encontra a Contabilidade. As Ciências Contábeis funcionam da mesma maneira que as outras ciências: possuem um objeto de estudo – o patrimônio -, e um objetivo – o registro -, a análise e a interpretação dos fenômenos que alteram esse patrimônio.

Assim, a problemática desta pesquisa fica resumida à seguinte questão-problema: “Como é a formação acadêmica dos pesquisadores de Ciências Contábeis no Brasil?”

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar a formação acadêmica dos pesquisadores de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior brasileiras.

1.3 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a. Desenvolver discussão sobre a ciência, a pesquisa científica e o papel das Instituições de Ensino Superior;
- b. Abordar o surgimento da Contabilidade e da pesquisa contábil no país;
- c. Identificar a formação acadêmica dos pesquisadores dos grupos de pesquisa das Instituições de Ensino Superior.

1.4 Justificativa

Esta pesquisa se justifica devido à importância de se conhecer o ambiente em que a Ciência Contábil se desenvolve. Ter o conhecimento de quem pesquisa nas Ciências Contábeis é necessário para a consolidação dos conhecimentos e o aprimoramento da eficiência dos pesquisadores.

A universidade brasileira está alicerçada na Constituição Federal de 1988 – CF 88, em seu artigo 207, que reza: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” A CF 88 indissocia o ensino, a pesquisa e a extensão. Este trabalho visa estudar o fator pesquisa dentro desta relação tendo em vista a exigência constitucional deste fator dentro do âmbito universitário.

1.5 Metodologia

A metodologia desta pesquisa está dividida de acordo com três aspectos: objetivos, abordagem e procedimentos técnicos.

Em relação aos objetivos, este trabalho se caracteriza como uma pesquisa descritivo-exploratória. Descritivo porque visa a descrição dos grupos de pesquisa que serviram de base para a análise. Segundo Andrade (2002, p. 112), na pesquisa descritiva “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles”. Exploratório porque utiliza os dados da análise como base para traçar um perfil dos pesquisadores. Conforme esclarece Raupp e Beuren (2003, p. 80), “por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou *construir questões importantes para a condução da pesquisa*” [grifo nosso].

Quanto à abordagem, este trabalho é essencialmente qualitativo, apesar de em certos momentos utilizar ferramentas da estatística descritiva. Segundo Oliveira (1999, p. 117 *apud* Oliveira, 2005, p. 117),

as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades ou atitudes do indivíduo.

Quanto ao procedimento técnico, esta pesquisa está classificada como pesquisa de campo. Segundo Rodrigues (2007, p. 42), a pesquisa de campo

[...] é aquela que busca fontes primárias, no mundo dos acontecimentos não provocados nem controlados pelo pesquisador, que se caracteriza por desenrolar-se em ambiente natural. Trata-se de um procedimento baseado na observação direta do objeto estudado no meio que lhe é próprio, geralmente sem a interferência do pesquisador, ou sem que esta interferência modifique substancialmente os acontecimentos.

Em conformidade com o objetivo deste trabalho, a pesquisa de campo foi escolhida como forma de operar esta pesquisa, pois ela permite a análise de uma vasta quantidade de dados sem a interferência do pesquisador.

A trajetória metodológica pode ser dividida em duas etapas distintas, denominadas teórica e prática. A etapa teórica trata do levantamento de bibliografia acerca dos conceitos utilizados neste trabalho, como Ciência, Conhecimento Científico e Ciências Contábeis. A etapa prática trata da coleta dos dados, no caso dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores. A análise proposta identificou o perfil acadêmico destes pesquisadores.

1.6 Delimitação e Limitações

A pesquisa foi delimitada por alguns aspectos. A coleta de dados se limitou aos dados encontrados no sítio eletrônico do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Alguns dos grupos cadastrados estão desatualizados. Também pode haver grupos desenvolvendo pesquisas nas IES que não estão cadastrados na plataforma. Os dados foram coletados em janeiro e fevereiro de 2010. A fração amostral escolhida foi $\frac{1}{4}$ da população de grupos de pesquisa que, devido ao arredondamento, totalizou 53 grupos de pesquisa. A escolha dos grupos não foi probabilística. Ligados a esses 53 grupos de pesquisa foram relacionados 346 nomes de pesquisadores e, desconsiderando aqueles que apareciam em mais de um grupo de pesquisa, levantou-se um total de 314 pesquisadores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa envolve alguns conceitos para melhor assimilação dos resultados. Ela foi composta pelas seguintes subseções: a Ciência e o Conhecimento Científico, a Contabilidade e a Universidade.

2.1 A Ciência e o Conhecimento Científico

A Ciência e o Conhecimento Científico são conceitos muito próximos e estão tão estreitamente ligados quanto a pesquisa científica e o desenvolvimento da humanidade.

De acordo com Machlup (1980, p. 69 *apud* Meadow, 1999, p. 40),

a ciência é um corpo coerente e sistemático de conhecimentos sobre qualquer tema, formal ou empírico, natural ou cultural, alcançado por qualquer método, desde que 1) esteja baseado em estudos e pesquisas rigorosos, honestos e sérios, e chegue a percepções a que não chegariam leigos ou observadores superficiais, e 2) destine-se a propósitos intelectuais ou pragmáticos de cunho geral, mas não a aplicação prática imediata num caso ou situação concreta.

Faltam algumas definições para este conceito, como por exemplo, o que pode ser classificado como estudos e pesquisas rigorosos, honestos e sérios, de modo que a concepção de ciência, segundo este conceito, acaba por se tornar arbitrária e subjetiva.

Outro conceito é dado por Ander-Egg (1978, p. 15): “A ciência é um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza.”

No entanto, um cuidado especial deve ser dado à leitura deste conceito quando da interpretação do chamado ‘conjunto de conhecimentos’ porque ocorre, conforme atenta Poincaré (1985, p. 115), que “fazemos ciência com fatos assim como construímos uma casa com pedras, mas uma acumulação de fatos não é ciência assim como não é uma casa um monte de pedras.”

Pode-se observar ainda que as palavras-chave do conceito apresentado por Ander-Egg envolvem o conhecimento, o método e o objeto. É a partir da relação entre três conceitos que surge o conhecimento científico.

Para ratificar essa proposição há também o conceito de Poincaré (1995, p. 167), que diz que a ciência “[...] é, antes de tudo, uma classificação, um modo de aproximar fatos que as

aparências separavam, embora estivessem ligados por algum parentesco natural e oculto. A ciência, em outro termos, é um sistema de relações”.

As relações existentes dentro da ciência podem envolver diversos fatores que influenciam a essência da própria ciência e do conhecimento científico, como o fator ‘pesquisador’ e o fator ‘ambiente’.

Segundo Meadows (1999, p. 02) existem duas forças motrizes que impulsionam indivíduos na busca por conhecimentos: o conhecimento pelo conhecimento e o conhecimento pelas suas aplicações. O filósofo inglês Francis Bacon já defendia, no século XVI, a máxima “Saber é poder”.

Para Köche (2002, p. 29), “o que impulsiona o homem em direção à ciência é a necessidade de compreender a cadeia de relações que se esconde por trás das aparências sensíveis dos objetos, fatos ou fenômenos, captadas pela percepção sensorial [...]”. O autor afirma ainda que “tão grande é essa necessidade que, onde não há ciência, o homem cria mitos” (KÖCHE, 2002, p. 44).

Dentre os vários conceitos que podem ser encontrados sobre a ciência há três fatores que se destacam: o objeto, o método e o conhecimento.

O objeto trata do conteúdo que é estudado. Ele pode ser corpóreo ou intangível, formal ou empírico, natural ou cultural, e essas mesmas características são usadas por alguns metodólogos para fazer a classificação da ciência.

O método, segundo Nérici (1978, p. 15), “é o conjunto coerente de procedimentos racionais ou prático-rationais que orienta o pensamento para serem alcançados conhecimentos válidos”. Segundo esse conceito, entende-se por método a forma como a atividade de pesquisa é conduzida para atingir seu objetivo.

Ainda acerca do método, Kaplan in Grawitz (1975, p. 18, *apud* Marconi e Lakatos, 2009, p. 45) afirma que “a característica distintiva do método é a de ajudar a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados da investigação científica, mas o próprio processo de investigação”.

O conhecimento, segundo Zanella, Vieira e Moraes (2007, p. 11), “é a relação entre um sujeito cognoscente e um objeto. Assim, todo conhecimento pressupõe dois elementos: o sujeito, que quer conhecer, e o objeto, a ser conhecido”. Neste conceito verifica-se novamente o papel fundamental das relações entre os fatores que constituem a ciência. Para Köche (2002, p. 23), o ser humano “cria intelectualmente representações significativas da realidade”, as quais chama de conhecimento.

Para Bunge (1969, p. 19), “o conhecimento científico é aquele que é obtido pelo método científico e pode continuamente ser submetido à prova, enriquecer-se, reformular-se ou até mesmo superar-se mediante o mesmo método”. Köche (2002, p. 29) afirma ainda que “o conhecimento científico é um produto resultante da investigação científica”.

A ciência, no entanto, é um conceito abstrato. Ela se materializa na forma do pesquisador, ou seja, do cientista. Este é o responsável pelo desenvolvimento da chamada pesquisa científica. Conforme Ziman (1979, p. 108), “a função do cientista é produzir e publicar trabalhos originais, por conseguinte, contribuir para o conhecimento público”.

Como alerta Meadows (1999, p. 3), “ninguém pode afirmar quando foi que se começou a fazer pesquisa científica e, por conseguinte, quando, pela primeira vez, houve comunicação científica.” Este autor afirma ainda que “a realização de pesquisas e a comunicação de seus resultados são atividades inseparáveis” (MEADOWS, 1999, p. 161).

Isso se deve ao fato de que a ciência evolui devido ao acúmulo de conhecimento. Cabe à comunicação científica o papel de atualizar a comunidade científica sobre os conhecimentos já existentes, para que esta possa se encarregar de contribuir para a evolução destes conhecimentos.

Segundo Meadows (1999, p. 14), “pode-se considerar o meado do século XVII como o ponto em que tem origem a comunidade científica da forma como hoje a conhecemos”. Foi nesse século que começaram a se organizar as primeiras sociedades científicas, como a *Royal Society*, em 1662 na Inglaterra, e a *Académie Royale des Sciences*, em 1666 na França (MEADOWS, 1999).

A comunicação científica está associada à própria pesquisa como uma norma comportamental adotada pelos cientistas quando do exercício de seu ofício. Robert Merton, *apud* Meadows (1999, p. 49), afirma que existem quatro normas básicas, que são: i. o universalismo; ii. o sentido de comunidade; iii. o desprendimento, e iv. o ceticismo organizado.

A primeira, o universalismo, é a responsável por fazer a comunidade científica avaliar as novas contribuições usando-se de critérios isentos e imparciais em relação ao autor da contribuição, seja em função de gênero, raça, nacionalidade ou religião. A segunda, o sentido de comunidade, transmite a ideia de que o conhecimento deve ser de propriedade comum. Price (1975, *apud* Urbizagastegui, 2008, p. 84) afirma que “qualquer descoberta do cientista, por maior ou menor que seja, só se converte em efetiva contribuição à ciência quando é julgada, publicada, incorporada ao estoque de conhecimentos depois usada pelos pares”. A terceira, o desprendimento, relembra ao cientista que seu comprometimento é com o

progresso do saber, e não com a aceitação ou rejeição de sua contribuição. A quarta, o ceticismo organizado, é responsável por fazer com que a comunidade científica questione os novos conhecimentos de modo a encontrar erros, omissões ou contradições.

Essas normas constituem-se mais em orientações do que em uma estrutura normativa formal. No entanto, elas são adotadas pela comunidade científica em função de que quando não respeitadas podem prejudicar o próprio avanço da ciência. Um exemplo disso envolve os matemáticos Carl Friedrich Gauss, Niels Henrik Abel e Carl Cristov Jacobi. Boyer (1996, p. 359) informa que “Gauss tinha notória relutância em publicar resultados de pesquisa que não estavam completamente polidos e que provavelmente não seriam entendidos”.

No entanto, Bell, in Newman (1956, p. 306), afirma, sobre o trabalho de Gauss, que:

[...] se houvesse divulgado o que sabia [Gauss], é bem possível que a matemática agora estivesse meio século ou mais à frente de onde se encontra. Abel e Jacob [sic] teriam começado a partir de onde Gauss parara, ao invés de despenderem uma grande parte de seus melhores esforços redescobrimo coisas que Gauss já conhecia desde antes de terem nascido, e os criadores da geometria não euclidiana teriam dirigido seus gênios para outras coisas.

Há casos também em que o desrespeito a tais normas pode atender a um interesse mais amplo do que o da comunidade científica. Um desses casos é o do físico húngaro Leo Szilard. Este cientista, em 1934, após uma descoberta ligada ao uso da energia atômica, escreveu as especificações para uma patente, na qual aparecia o termo “reação em cadeia”. No entanto, Szilard, preocupado em impedir o uso indevido de descobertas científicas, confiou ao Almirantado Britânico a guarda da patente de modo que ela só foi publicada após a guerra (BRONOWSKI, 1983, p. 369-370).

Entrementes, ele não só adiou a publicação de seu trabalho como, em 1939, consultou a física francesa Irene Joliot-Curie sobre a possibilidade de proibir a publicação de um trabalho, o qual era do físico italiano Enrico Fermi. Em agosto de 1939, Szilard escreveu uma carta a qual Albert Einstein assinou e que foi enviada ao presidente americano Franklin Delano Roosevelt alertando sobre o perigo do uso da energia nuclear. Após o uso da bomba atômica contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em 1945, Leo Szilard abandonou a carreira em física e interessou-se pela biologia (BRONOWSKI, 1983, p. 370).

Essas são exceções à regra no sentido de comunidade. A história da ciência mostra que as outras regras também são descumpridas eventualmente porque a ciência não avança de modo linear, tendo em vista que ela não pode ser isolada da sociedade. O avanço da ciência,

segundo o físico Thomas Kuhn, se divide em duas etapas distintas: a “ciência normal” e as “revoluções”.

Para este autor, ciência normal “[...] significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas [que] são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (KUHN, 2007, p. 29). Este autor afirma ainda que os períodos de revoluções científicas são “aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”. (KUHN, 2007, p. 125).

A produção dos pesquisadores costuma ser avaliada sob dois aspectos: o da qualidade e o da quantidade. Há relatos que datam de alguns séculos sobre a relação entre a quantidade do que se é produzido e a qualidade desse material, como o seguinte, que data de 1613, de Barnaby Rich: “Um dos males destes tempos é a multiplicidade de livros; eles, de fato, sobrecarregam de tal modo a gente que não conseguimos digerir a abundância de matéria inútil que todos os dias é gerada e despejada no mundo” (KRONICK, 1962, p. 171). De fato, a popularização do acesso à *Internet* por volta do fim do século XX e início do século XXI tem contribuído, entre outras coisas, para produção e divulgação de material científico de baixa qualidade.

A qualidade da pesquisa está ligada à formação dos pesquisadores e aos meios que estes dispõem para realizá-las. Segundo Meadows (1999, p. 93), “[...] verifica-se com frequência que eminentes pesquisadores de hoje em dia foram ensinados por eminentes pesquisadores da geração anterior”. O fator “ambiente” aparece aqui representado pelas condições de trabalho dos pesquisadores e estas podem desencadear um ciclo virtuoso de produção científica. Meadows (1999, p. 89) afirma que

Uma universidade rica pode oferecer boas condições de pesquisa ao pessoal acadêmico. Isso atrai pesquisadores de alta qualidade, que reforçam o prestígio da universidade, que assim atrai melhores estudantes. Como resultado desses progressos, há o ingresso de mais receita na universidade e assim o processo continua.

A quantidade de pesquisas que um cientista realiza é influenciada por vários fatores, como a motivação do cientista em pesquisar, os meios que ele possui e o tempo disponível, entre outros.

O fato de que as ciências tendem a evoluir e que sua estrutura conceitual toma dimensões cada vez maiores pode influenciar a quantidade de tempo que os cientistas levam para pesquisar o fato, pois este avanço causa ao pesquisador a necessidade constante de

atualização. Assim, os pesquisadores ficam sempre com a sensação de estarem afogados em novas informações. O químico britânico Michel Faraday se queixou em 1826:

É com certeza impossível para qualquer pessoa ansiosa por devotar uma parcela de seu tempo a experiências químicas ler todos os livros e artigos que se publicam acerca de seu mister; seu número é imenso, e é tal o esforço para joeirar as poucas verdades experimentais e teóricas que em muitos deles são estorvadas por uma proporção muito grande de matéria desinteressante, de fantasias e erros que a maioria das pessoas que fazem experiências são logo induzidas a fazer uma seleção de sua leitura, e assim, inadvertidamente, às vezes, deixam escapar o que realmente presta. (CROWTER, 1935, p. 96).

Mas é essa mesma evolução da ciência que desencadeou um processo de ampliação da gama de ciências como hoje as conhecemos. Um exemplo disso foi o surgimento da Economia, oriunda da Filosofia Moral, e que ajudou no surgimento da Sociologia. (MEADOWS, 1999, p. 43).

Ainda sobre a quantidade de pesquisas realizadas por um cientista, cabe mencionar a relação entre os pesquisadores e o número de publicações em determinada ciência. Segundo Urbizagastegui (2008, p. 89):

[...] a produtividade na forma de publicações, considerada a parte com que diferentes pessoas contribuem para o progresso da ciência, foi estudada por Lotka (1926), que estabeleceu os fundamentos da *lei do quadrado inverso*, afirmando que o número de autores que fazem n contribuições num determinado campo científico é aproximadamente $1/n^2$ daqueles que fazem uma única contribuição, e que a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de mais ou menos 60 por cento.

Segundo Meadows (1999, p. 87), “em outras palavras, para 100 autores que produziam um único artigo durante a década, 25 produziam dois artigos, 11 produziam três artigos e assim sucessivamente”. A Ilustração 1 mostra a distribuição exemplificada por Meadows:

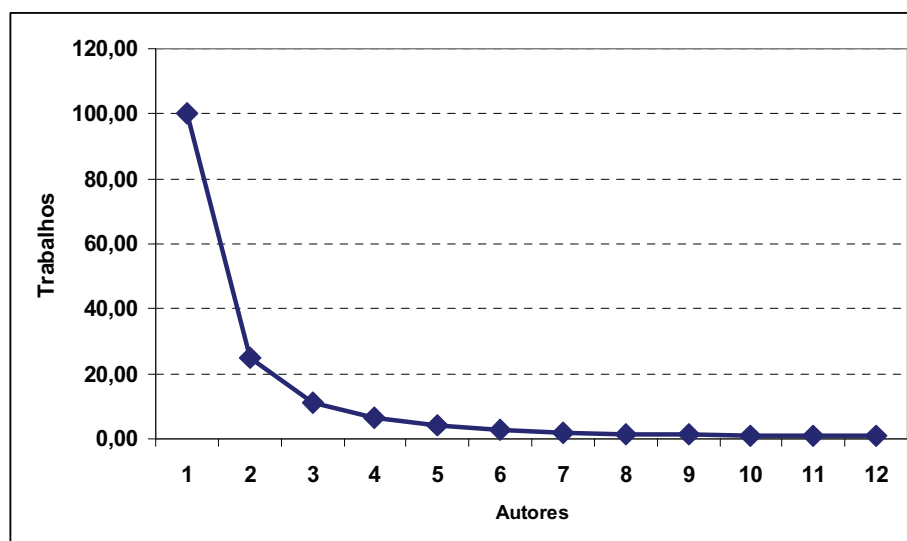


Figura 1 – Distribuição de publicações segundo a Lei de Lotka
Fonte: adaptação gráfica de citação de Urbizagastegui (2008)

No entanto, a produção de um cientista não se limita a artigos científicos. Existe uma variedade de trabalhos que são utilizados como meios para a publicação dos resultados das pesquisas. Marconi e Lakatos (2002) elencam o artigo científico, o relatório de pesquisa, a monografia, a dissertação, a tese e os livros como exemplos de comunicações científicas.

Entre as instituições onde se faz a pesquisa científica encontram-se as universidades, os institutos, as fundações e até mesmo as empresas privadas, como empresas farmacêuticas e de engenharia. Exemplos de fundações que organizam e financiam pesquisas são a *Carnegie Foundation* (1911) e a *Rockefeller Foundation* (1913), além de outras como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP e a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina – FAPESC.

Também existem instituições nacionais que são criadas com o objetivo de fomentar e organizar as pesquisas que são feitas pelas universidades e institutos, como o americano *National Research Council* (1916), o inglês *Department of Industrial and Scientific Research*, o italiano *Consiglio Nazionale de La Ricerca* (1923), o francês *Centre National de la Recherche Scientifique* (1939) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1951). (CNPq, 2001).

No entanto, a pesquisa desenvolvida nas universidades e em outras instituições acadêmicas difere das pesquisas realizadas nas outras instituições. As atividades de pesquisa da indústria e do governo se relacionam normalmente com uma missão, ao invés da pesquisa relacionada com um interesse, que caracteriza a pesquisa do mundo acadêmico (MEADOWS, 1999, p. 109). De fato, o ambiente acadêmico é permeado por muitos aspectos singulares devidos a sua origem e ao objetivo que pretende alcançar.

A história das universidades remonta à Idade Média. As primeiras instituições universitárias fundadas foram a Universidade de Karueein na cidade de Fez, no Marrocos, em 859 d.C., a Universidade de Al-Azhar na cidade do Cairo, Egito, em 988 d.C., e as europeias Universidade de Bolonha, de 1088, na Itália, a Universidade de Paris, em 1252, na França, além da Universidade de Oxford, de 1096, na Inglaterra¹.

A origem das instituições europeias é decorrência da evolução e organização das Escolas Catedralícias (PESSOA, 2000). Ao final da Idade Média haviam sido fundadas setenta e nove universidades na Europa Ocidental (Eby, 1978). Pessoa (2000, p. 19) afirma que

¹ As datas apresentadas foram consultadas nos sítios eletrônicos institucionais das universidades. Rosella *et al.*, in Peléias (2006, p. 03), afirmam que a Universidade de Paris foi fundada em 1125 e a Universidade de Oxford em 1167.

praticamente todas as universidades da Europa Medieval eram organizadas segundo um dos dois modelos existentes. As universidades do Norte da Europa modelavam-se pela de Paris, que era composta por mestres e estudantes, mas toda iniciativa pertencia aos primeiros [...]. Na Itália, na Espanha e no sul da França, o padrão em geral era o da universidade de Bolonha, que era uma corporação de estudantes. Isso significava, não somente, que os próprios estudantes asseguravam o funcionamento da universidade, mas também contratavam professores, pagavam-lhes salários e os multavam e destituíam quando descuidavam o cumprimento do dever ou ministravam instrução deficiente. Havia ainda algumas universidades com características mistas, como a de Toulouse [...].

Esta última, segundo Perroy (1994, p. 220), foi completamente organizada em 1229 pelo papado, com o objetivo de “difundir a sã doutrina num meio muito contaminado pela heresia dos cátaros”.

O objetivo das universidades, inicialmente, era o ensino. Segundo Pessoa (2000, p. 21), “a organização do ensino era tida como a função essencial das universidades.” O grau mais antigo que poderia ser concedido por uma universidade era a licença, que capacitava a ensinar. Depois veio o bacharelado, que foi criado com o fim de transformar o estudante de discípulo passivo a assistente de seu mestre. Mais adiante surgiu o doutorado, que era título de docência e sucedia a licenciatura. (VERGER, 1990, p. 59-60). Weatherall (1970, p. 259) defende que “as universidades existem para promover o avanço e a disseminação do conhecimento”.

A universidade medieval, caracterizada pelas repetições dogmáticas ditadas como verdades incontestáveis, começou a perder prestígio com o advento da Renascença, que a acusava de não acompanhar o progresso das ciências e das letras. O Iluminismo, no século XVIII, também questionou o saber fundamentado nas “sumas medievais” e durante esse período a universidade perdeu prestígio. No entanto, no século XIX, em decorrência da industrialização, a universidade medieval foi suplantada pela universidade napoleônica, caracterizada pela perda do sentido unitário de alta cultura e aquisição do caráter profissionalizante (PESSOA, 2000, p. 23).

A história da universidade no Brasil é mais recente do que a história da universidade europeia. Segundo Martins Filho, 1980 e Chagas, 1967 (*apud* Pessoa, 2000, p. 24), as primeiras universidades brasileiras foram a Universidade de Manaus, fundada em 1909, e a Universidade do Paraná, de 1912, que devido às circunstâncias tiveram existência efêmera e precária. Em 1920 foi instituída a Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira universidade oficial brasileira. Em 1937 o país contabilizava 4 (quatro) universidades e em 1953 eram 15 as universidades em funcionamento. (PESSOA, 2000, p. 25).

Atualmente a universidade brasileira está baseada na CF 88, em seu artigo 207, que reza: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Portanto, a CF 88 indissocia o ensino, a pesquisa e a extensão, assim diferindo do que acontece em outros países como a França, por exemplo, tendo em vista que lá “a pesquisa científica é, em geral, feita fora das universidades, concentrando-se em instituições específicas” (PESSOA, 2000. p. 27).

O princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa foi instituído no Brasil pela primeira vez em 1968, através da Lei nº 5.540. Esta Lei determinava que:

Art. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário.

Art. 2º O ensino superior, indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Art. 3º As universidades gozarão de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira, que será exercida na forma da lei e dos seus estatutos.

A referida Lei ainda menciona a relação ensino e pesquisa em seus artigos 11, 13, 20, 32, 34 e 52. Com a promulgação desta Lei,

as universidades brasileiras, ajustadas inicialmente ao padrão europeu, passaram, a partir de então, a ser modeladas segundo o padrão americano. O novo modelo introduziu muitas inovações, como: a) aboliu a cátedra e instituiu os departamentos como unidades mínimas de ensino e pesquisa; b) implantou o sistema de institutos básicos; c) estabeleceu a organização do currículo em duas etapas: o básico e o de formação profissionalizante; d) decretou a flexibilidade curricular com o sistema de créditos e a semestralidade; e) estabeleceu o duplo sistema de organização: um vertical, passando por departamentos, unidades e reitoria; outro horizontal, com a criação de colegiados de curso, que deveriam reunir os docentes dos diferentes departamentos e unidades responsáveis por um currículo [...]. (PESSOA, 2000, p. 26).

A vinculação da extensão à relação de ensino e pesquisa foi feita pela CF 88, apesar de já ser mencionada no art. 40 da Lei nº 5.540:

Art. 40. As instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;

- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional.

Este modelo de integração entre ensino e pesquisa foi desenvolvido por Humboldt na Universidade de Berlim, no início do século XIX (PESSOA, 2000). No entanto, a exigência legal de associação entre ensino e pesquisa mostrou-se falha, como defende Pessoa (2000, p. 27):

A generalização do modelo universitário de associação entre ensino e pesquisa no Brasil não impediu, todavia, que esta se concentrasse em algumas instituições ou em setores específicos; como também não alterou a adesão das próprias universidades ao papel predominante de formação de profissionais.

A falta da definição clara na Lei do que pode ser considerada integração entre ensino e pesquisa também pode ter colaborado para que as instituições não obedecessem ao dispositivo legal. No entanto, a questão da falta de integração entre ensino e pesquisa (Durham, 1998, p. 7 *apud* Pessoa, 2000) “[...] é agravada quando se confronta as instituições públicas com as instituições privadas, que na sua quase totalidade não institucionalizaram a pesquisa”.

Dois órgãos ligados à pesquisa científica no país são a Academia Brasileira de Ciências – ABC e a Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências - SBPC.

O primeiro desses órgãos, fundado em 1916 como Sociedade Brasileira de Ciências, tornou-se Academia Brasileira de Ciências - ABC em 1921. Em seu sítio eletrônico, a Academia se define como “uma entidade independente, não governamental e sem fins lucrativos, que atua como sociedade científica honorífica e como consultora do governo, quando solicitada, para estudos técnicos e de política científica” e seu objetivo principal é “promover a qualidade científica e o avanço da Ciência brasileira”. A ABC organiza eventos científicos e foi responsável pela publicação da revista *Anais da ABC*, desde 1929, da revista *Pesquisa Antártica Brasileira*, que teve 4 edições entre 1989 e 2004, do livro *Science in Brazil*, editado em 1997 e 2002, do documento *Subsídios para a Reforma do Ensino Superior*, publicado em 2004, e da série *Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Nacional: Estudos Estratégicos*, que editou, em 2008, os volumes *O Ensino de Ciências e a Educação Básica: Propostas para Superar a Crise*, e *Amazônia: Desafio Brasileiro do Século XXI*. (Fonte: <http://www.abc.org.br/>).

O segundo órgão, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, foi fundado em 1948 por um grupo de cientistas e de amigos da ciência que objetivavam contribuir para o avanço da ciência no país. A SBPC “é uma entidade civil, sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil” e conta, atualmente, com mais de dois mil sócios. A SBPC organiza eventos nacionais e regionais anualmente e é responsável pela publicação dos Anais das Reuniões Anuais, do Jornal da Ciência, editado diariamente em meio *on-line* e quinzenalmente em meio impresso, do jornal *on-line* *JC-email*, da revista Ciência e Cultura, publicada desde 1949 em edições trimestrais, da revista Ciência Hoje, do livro Cientistas do Brasil, dos Cadernos SBPC, e da revista eletrônica mensal gratuita *ComCiência*. (Fonte: <http://www.sbpnet.org.br/>).

Para fomentar a pesquisa científica no Brasil, especialmente em universidades, existem alguns organismos governamentais como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

A Coordenação Nacional de Pessoal de Nível Superior – Capes foi criada em 11 de julho de 1951, através do Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país".

A instituição agrupa suas atividades em quatro grandes áreas: 1. avaliação da pós-graduação *stricto sensu*; 2. acesso e divulgação da produção científica; 3. investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; e 4. promoção da cooperação científica internacional. (Fonte: <http://www.capes.gov.br/>).

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq foi criado através da Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, assinada pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, sob forma de autarquia vinculada à Presidência da República. Atualmente, sua atuação se dá de acordo com a Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002, que é o Regimento Interno do CNPq. (Fonte: <http://centrodememoria.cnpq.br/>).

Em seu sítio eletrônico institucional a autarquia apresenta a seguinte missão: “O CNPq tem por finalidade promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do País e contribuir na formulação das políticas nacionais de ciência e tecnologia.”

Duas ferramentas que o CNPq utiliza para organizar a pesquisa no país são a Plataforma *Lattes* e o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil.

A Plataforma *Lattes*, nome dado em homenagem ao físico brasileiro Césare Mansueto Giulio Lattes, é um banco de dados público dos currículos dos pesquisadores no país. A sua criação teve início nos anos 80, quando o CNPq desenvolveu os primeiros formulários de registro dos currículos de pesquisadores ainda em papel. Com o decorrer dos anos foi criado um modelo de currículo para o meio digital e, em agosto de 1999, o CNPq lançou e padronizou o Currículo *Lattes*, que passou a ser o formulário de currículo a ser utilizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e pelo próprio CNPq. Em 2002, o CNPq começou a licenciar gratuitamente o *software* e a fornecer consultoria técnica para a implantação do Currículo *Lattes* em outros países como Colômbia, Equador, Chile, Peru, Argentina, Portugal e Moçambique. Em 2005, o CNPq criou a Comissão para Avaliação da Plataforma *Lattes* com o intuito de analisar as possíveis melhorias que poderiam ser feitas no sistema. Em 2009, no ano em que a Plataforma *Lattes* comemorava uma década de existência, o CNPq divulgou algumas novidades acerca da plataforma, como o acordo com a empresa *Thomson&Reuters*, em função da base de dados *Web of Science*, e com a Receita Federal do Brasil, no intuito de realizar a importação e a certificação de dados. Atualmente a Plataforma integra dados das bases *Scopus*, *Isi Web of Knowledge*, *Scientific Electronic Library Online - SciELO*, *Journal Citation Reports on the Web – JCR*, *ResearcherID*, *SCImago Journal & Country Rank – SJR*, *CrossRef* e *ScienTI*, além de buscar o *link* do pesquisador no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. (Fonte: <http://lattes.cnpq.br/>).

O Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil é uma base de dados pública sobre os grupos de pesquisa em atividade no país. A base identifica os líderes, os pesquisadores, os estudantes e os técnicos associados aos grupos de pesquisa e identifica, também, a qual instituição o grupo está vinculado. Esta base permite a identificação das linhas de pesquisa que são desenvolvidas nos grupos e contabiliza o número de produções bibliográficas, técnicas e artístico-culturais, além das orientações concluídas de cada participante que também deverá possuir um currículo na Plataforma *Lattes*. (Fonte: <http://dgp.cnpq.br/>).

Outro aspecto do ensino superior brasileiro é a classificação das IES de acordo com sua organização administrativa e acadêmica. Segundo Rosella *et al*, in Peleias (2006, p. 15), de acordo com a organização acadêmica podem existir, conforme o Quadro 1:

Tipos de IES segundo a Organização Administrativa
Universidade
Universidade Especializada
Centro Universitário

Centro Universitário Especializado
Faculdade Integrada
Faculdade
Instituto Superior ou Escola Superior
Centro de Educação Tecnológica

Quadro 1 – Tipos de IES segundo a Organização Administrativa

Fonte: adaptado de Rosella *et al* in Peleias (2006)

O autor classifica as IES também de acordo com a organização acadêmica, conforme a natureza jurídica da mantenedora (Figura 2) ou a vocação social (Figura 3) (Rosella *et al* in Peleias, 2006, p. 15):

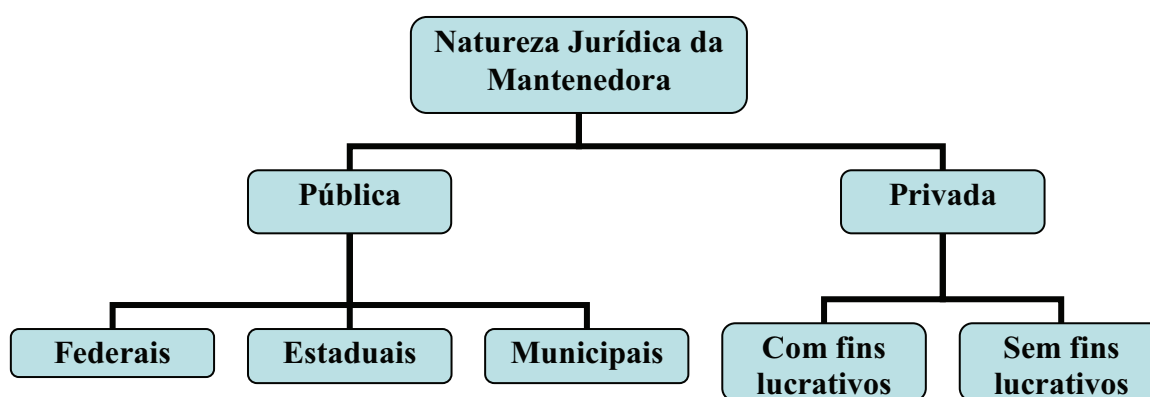


Figura 2 – Organização administrativa das IES segundo a natureza jurídica da mantenedora

Como se pode analisar na Figura 2, segundo a natureza jurídica da mantenedora, as IES são divididas em públicas e privadas, sendo que as primeiras se subdividem em federais, estaduais e municipais, e as segundas são divididas em com ou sem fins lucrativos.

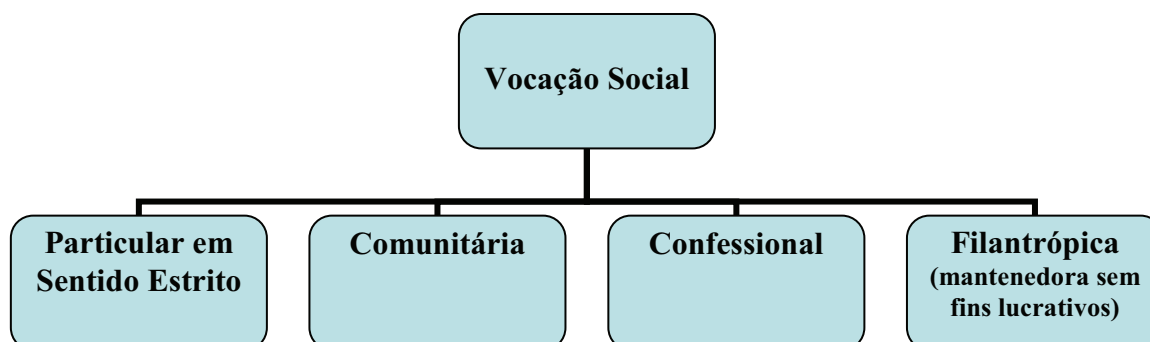


Figura 3 – Organização administrativa das IES segundo a vocação social

Quanto à vocação social, elas são divididas em particulares, em sentido estrito, comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira², em 2008 havia, no Brasil, 2.252 Instituições de Ensino Superior, sendo 236 públicas e 2016 privadas em relação à natureza jurídica da mantenedora.

² Resumo Técnico - Censo da Educação Superior 2008 (Dados Preliminares) (Brasília, 2009)

2.2 A Contabilidade

A origem da Contabilidade é um tema que gera muitas divergências entre os estudiosos da área. De acordo com Sá (1997, p. 20), “admite-se, pois, que há cerca de 20.000 anos, o homem já registrava os fatos da riqueza em contas, de forma primitiva”. O autor afirma, ainda, que “as mais antigas manifestações do pensamento contábil são as contas primitivas, ou seja, as que identificavam os objetos [...] e a quantidade desses mesmos objetos [...] como meios patrimoniais”. Sá explica que “O mais antigo documento dessa época que se conhece parece ser o que nos apresenta Figuiier [e] foi encontrado na gruta de D’Aurignac, no departamento de Haute Garone, na França; é uma lâmina de osso de rena, contendo sulcos que indicam quantidades”. (SÁ, 1997, p. 20).

Schmidt e Santos (2006, p. 11) afirmam que a “arqueologia da Contabilidade é fruto de estudos científicos de restos humanos desenvolvidos no período mesolítico (10000 a 5000 a. C.), ou seja, na pré-história”. Schmidt (2000, p. 15) afirma que “em sítios arqueológicos do Oriente Próximo, foram encontrados materiais utilizados por civilizações pré-históricas que caracterizaram um sistema contábil utilizado entre 8000 e 3000 a. C., constituído de pequenas fichas de barro”. Este autor fala também que “as fichas de barro (de diferentes formatos) foram usadas abundantemente entre 8000 e 3000 a.C. como uma forma de representação de mercadorias”.

Segundo Iudícibus (2009, p. 14), “alguns historiadores fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência de contas a aproximadamente 2000 anos a.C.”. Esta estimativa é menor do que a mencionada pelos outros autores e pode, portanto, ser classificada como conservadora em relação aos demais. No entanto, Iudícibus afirma, ainda (2009, p. 29), que “a Contabilidade é tão antiga quanto o homem que pensa, ou, melhor dizendo, que conta.” Esse conceito aproxima-se da afirmação de Sá (1997, p. 15) de que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela”.

A Contabilidade certamente continuará a existir enquanto seu objetivo for necessário à civilização. Segundo Poisl (1996, p. 50) “a contabilidade visa à guarda de informações e ao fornecimento de subsídio para a tomada de decisões”. Marion (2008, p. 26) diz que “O objetivo principal da contabilidade [...] é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras”.

A história da Contabilidade pode ser classificada em períodos. Sá (1997, p. 17-18) apresenta os seguintes períodos para a classificação da história da Contabilidade.

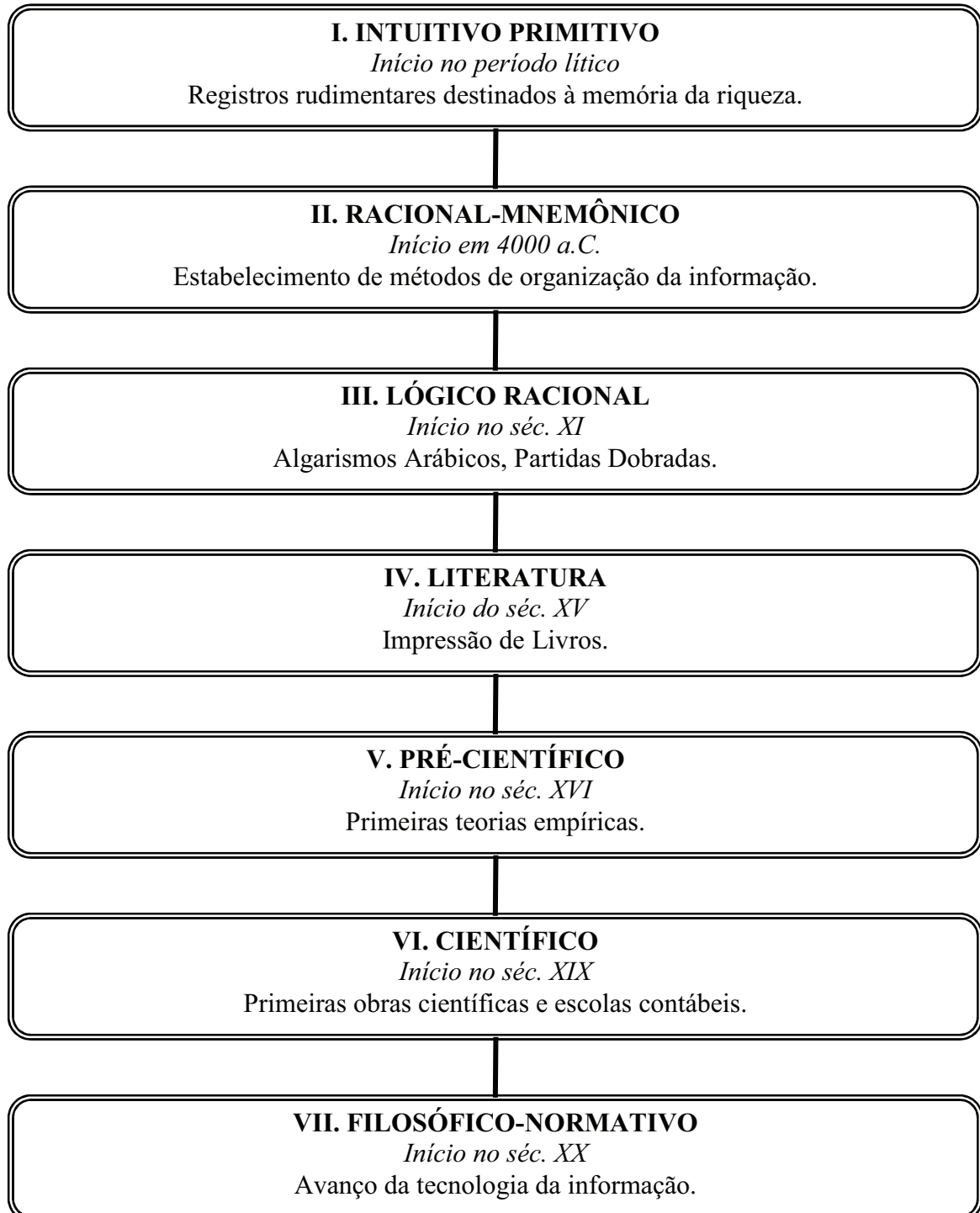


Figura 4 – Períodos da história da Contabilidade; adaptada de Sá (1997, p. 16)
Fonte: adaptada de Sá (1997)

Na Suméria e na Babilônia, por volta do ano 4000 a.C. já eram feitas apurações de custos, revisões de contas, controles gerenciais de produtividade e elaboração de orçamentos. (SÁ, 1997, p. 25). Sá afirma, ainda, (1997, p. 25) que “cerca de 2.000 anos antes de Cristo, a

Mesopotâmia já adotava o Razão”. Esses são eventos ocorridos no período chamado Racional-Mnemônico. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 42) afirmam que “sistemas contábeis sofisticados parecem ter existido na China já em 2000 a.C., e referências intrigantes denotam uma familiaridade com o sistema de partidas dobradas em Roma no início da era cristã”.

Outros eventos significativos na história da Contabilidade ocorreram no início do segundo milênio. A grande movimentação econômica verificada entre a Europa e o Oriente no período das Cruzadas, via Mediterrâneo, influenciou muito no crescimento de cidades italianas como Veneza e Florença. A consequência desse intercâmbio econômico foi o intercâmbio cultural. Em 1202, Leonardo Fibonacci publicou o livro *Liber abaci*, que influenciaria muito a Contabilidade, o comércio e a matemática da época (SÁ, 1997, p. 36). Hendriksen e Van Breda (1999, p. 42) afirmam que o *Liber abaci* “muito contribuiu para popularizar o sistema numérico arábico na Europa”.

Sá (1997, p. 36) afirma que a numeração arábica e as noções de álgebra (ambas de proveniência muçulmana) foram fatores que impulsionaram o surgimento das partidas dobradas. Schmidt e Santos (2006, p. 24) apontam como propulsores do desenvolvimento das partidas dobradas o desenvolvimento econômico na área abrangida pelas cidades de Veneza, Gênova e Florença, bem como a aprendizagem da tecnologia de impressão de livros na Alemanha e sua rápida disseminação para os grandes centros comerciais da Europa, principalmente para o norte da Itália.

Segundo Sá (1997, p. 35), “a mais antiga prova completa de um registro em partida dobrada é de 1292, embora existam provas esparsas, oriundas da cidade de Siena, na Toscana, Itália, de que o processo já estivesse formado”. Schmidt (2000, p. 26) considera que “a data precisa da introdução dos primeiros sistemas contábeis utilizando partidas dobradas não é conhecida, mas um de seus primeiros registros de seu uso data de cerca de 1340, na cidade de Gênova”.

Ainda de acordo com Sá (1997, p. 35), o pesquisador árabe Ismail Otar apresentou ao IV Congresso Internacional de História da Contabilidade de 1984 a tese *Risale I Felekiye: Kitâb-Us-Siyaqat* (Arte de escritura por simplificações), na qual defendia o uso de partidas dobradas nas cortes egípcias no início da Idade Média. O autor informa também que o historiador Federigo Melis defende, em sua obra *Storia della ragioneria*, que as partidas dobradas surgiram na região italiana da Toscana entre os anos de 1250 e 1280.

As datas de publicação dos primeiros livros que tratam de Contabilidade também são controversas. Sá (1997, p. 35) afirma que Otar apresenta um estudo de grande valor em que se

refere a documentações importantes e livros que ensinavam Contabilidade editados em 1307, 1330 e 1340, e que se encontram na Biblioteca Aysofia, de Istambul. Este mesmo autor (1997, p. 40) afirma ainda que:

A obra manuscrita de **Abdullah Ibn Mohammed Ibn Kya al – Mâzenderâni** [grifo do autor] de 1330, copiada em Teerã, já é um livro respeitável, de 277 páginas, em oito capítulos, apresentando já Diário, Razão, Livro de Apuração de Resultado, assim como diversos livros auxiliares e casos especiais de escrita contábil.

Sá (1997, p. 41) refere-se também a uma obra que não cita, mas descreve como sendo a catalogada pelo nº 4.190 na Biblioteca Aysofia, de autoria de Felek A'la-yi Tebrîzî, datada de 1304. O autor completa afirmando que, segundo estudos do pesquisador Nejat Göyünç (1965, p. 73-74), “nada menos de seis obras de Contabilidade circularam no Oriente Médio antes que a de Paciolo fosse editada”.

A obra de “Paciolo” a que o autor se refere é o livro *Summa de Arithmetica Geometria Proportioni i Proportionalitá*³ (Suma de Aritmética, Geometria, Proporção e Proporcionalidade), concluído em 1487 (Boyer, 1996) e publicado em 1494, em Veneza, Itália, pela editora *Paganinus de Paganinis*, cujo autor foi o frei franciscano Luca Pacioli. Este livro, segundo Sá (1997, p. 42), é dividido [em “distinções”, estas em “tratados” e estes em “capítulos”]. Segundo o autor, o tratado XI da distinção IX, denominado “*Tractatus de computis et scripturis*”, que se divide em trinta e seis capítulos, trata do processo das partidas dobradas [...]. O pesquisador Paulo Schmidt, em seu livro *História do Pensamento Contábil* (2000, p. 37-44), descreve resumidamente os tratados da distinção IX, e analiticamente os trinta e seis capítulos do *Tractatus de computis et scripturis*. Vangermeersch, in Chatfield e Vangerneersch (1996, p. 477), afirma que em um século o livro havia sido traduzido para cinco idiomas e que o Método de Veneza, ou Método Italiano, como eram chamadas as partidas dobradas, havia se tornado conhecido em toda a Europa.

A publicação deste livro se deve à invenção do tipo móvel por Johannes Gensfleisch, mais conhecido por Gutenberg. Em 1457, o primeiro livro impresso, um livro de salmos, foi

³ Os exemplares deste livro são bastante raros. Em consulta ao sistema Dédalus da Universidade de São Paulo verifica-se que esta possui um exemplar do *Tractatus de computis et scripturis*, edição de 1878, editora Camila e Bortolero, cidade de Torino (Turim) e que o texto é escrito em italiano e latim. Em consulta ao sítio eletrônico da Library of Congress, verifica-se que a biblioteca possui um exemplar da *Summa de Arithmetica Geometria Proportioni i Proportionalitá*, edição de 1494, editora *Paganinus de Paganinis*. Este exemplar também compõe os acervos da British Library, da Biblioteca Nacional de Espanha e da Biblioteca Nazionale Centrale di Roma. Em consulta ao sítio eletrônico da Biblioteca Apostólica Vaticana, verifica-se que o acervo dispõe de um exemplar da edição de 1523, editora *Paganinus de Paganino*, Tusculano, Itália. Exemplares desta edição também compõem o acervo da New York Public Library, e da Bibliothèque Nationale de France. O Smithsonian Institution Libraries Publications disponibiliza algumas páginas em versão digital no sítio eletrônico http://www.sil.si.edu/digitalcollections/incunabula/CF/image_details.cfm?goff=L-0315. O Anexo 1 mostra o Índice da Obra retirado do sítio eletrônico.

publicado em Mainz, na Alemanha. Trinta e sete anos depois o primeiro livro de Contabilidade foi publicado (Hendriksen e Van Breda, 1999, p. 44). Na realidade, o livro não trata apenas de Contabilidade, sendo que em apenas uma das seções aparecem informações da Contabilidade enquanto que o restante trata de matemática. O próprio Luca Pacioli encerrou sua carreira ensinando matemática na Universidade de Roma.

De fato, a Contabilidade e a matemática sempre estiveram muito próximas. Melis (1950), Hendriksen e Van Breda (1999), Schmidt (2000) e Schmidt e Santos (2006), mencionam a relação da matemática e da Contabilidade. Schmidt (2000) e Schmidt e Santos (2006) descrevem a chamada Escola Matemática. Sá (1992, p. 29) afirma que “Melis, em suas pesquisas, concluiu que as escolas de Contabilidade, na Suméria, estavam mescladas com as de cálculos (fato que se repetiria na Idade Média)”. Hendriksen e Van Breda (1999, p. 39) interpretam que a ligação entre a Contabilidade e a matemática continuou até o século XIX, quando o matemático Arthur Cayley publicou o livro *The principles of double-entry bookkeeping*.

No entanto, a obra de Luca Pacioli não foi o primeiro livro italiano a dissertar sobre as partidas dobradas. Sá (1997, p. 41) afirma que em 1458 foi escrita a obra intitulada *Della mercatura e del mercante perfetto*, de Benedetto Cotrugli. No entanto, esta obra só viria a ser publicada em 1573. Outras obras a que Sá (1997) se refere como importantes dentro do campo da Contabilidade são a de Ângelo Pietra, denominada *Indirizzo degli economi*, de 1586, a qual considera avançada para a época; a de Ludovico Flori, denominada *Tratatto Del modo di tenere il libro doppio domestico col suo esemplare*, na qual o autor introduz a partida de múltiplos débitos e múltiplos créditos; a de Bastiano Venturi, que afirma ser considerado precursor da Contabilidade Gerencial, cuja obra *Della scrittura contegiante di possessioni* data de 1665. Sobre o século XVIII, o autor refere-se à obra de Giuseppe Forni, denominada *Trattato theorico-pratico della vera scrittura doppia*, de 1794, na qual Forni discorre sobre uma primeira teoria matemática sobre as partidas dobradas.

Também no século XVIII surgiram as primeiras obras de Contabilidade em português. Em 1758 surgiu a obra de João Baptista Bonavie, denominada *Mercador Exacto nos seus Livros de Contas ou Methodo Facil para Qualquer Mercador e outros Arrimarem as suas Contas*⁴, editado em Lisboa, Portugal.

⁴ Antonio Lopes de Sá em seu livro *História Geral e das Doutrinas da Contabilidade* (São Paulo: Atlas 1997) afirma que este livro foi publicado em 1771 em Porto, Portugal pela editora Off. Antonio Alvares Ribeiro Guimaraes e é o livro mais antigo sobre Contabilidade em português. O autor menciona que, segundo Outeiro (Porto: Internacional, 1875), existe uma obra anterior, a de Bonavie, publicada em Dublin em 1764, cujo autor é desconhecido. Em pesquisa *on line* ao acervo da Biblioteca Nacional de Portugal e contato via correio eletrônico

A Escola Matemática, já mencionada, foi apenas uma das escolas que despontaram dentro da Contabilidade desde que iniciou o seu período literário. Várias doutrinas se desenvolveram na Itália, França e Alemanha nesse período.

Schmidt e Santos (2006) elencam as seguintes escolas: Contista, Administrativa ou Lombarda, Personalista, Controlista, Norte-Americana, Matemática, Neocontista, Alemã, Moderna Escola Italiana (Economia Aziendal) e Patrimonialista. Schmidt (2000) elenca as mesmas escolas, além de usar a denominação Controlista ou Veneziana, Neocontista ou Moderna Escola Francesa. Sá (1997) elenca as seguintes doutrinas da Contabilidade: Materialismo Substancial; Personalismo, Controlismo, Reditualismo, Aziendalismo, Patrimonialismo e Neopatrimonialismo. Todas estas escolas compõem o arcabouço científico da Contabilidade.

Cumprе salientar, todavia, que a Contabilidade não foi sempre tratada como ciência. Ela foi evoluindo até chegar ao ponto em que uma disciplina autônoma cumpre os pré-requisitos para ser classificada como ciência e ser reconhecida como tal pela comunidade científica. Sá (1997, p. 60) afirma que:

As observações levam a raciocínios organizados que geram conceitos, estes produzem enunciados ou teoremas, e estes, ainda, as teorias. Os que criam bases doutrinárias e teorias, como mestres, passam a ter adeptos e assim se forma uma **escola científica** [grifos do autor], de pensamentos semelhantes. Quando vários mestres, com suas próprias observações, partindo de uma teoria principal, formam suas teorias derivadas, em diversos locais, estabelece-se uma **corrente científica** de pensamentos semelhantes.

Sá (1997, p.32) afirma ainda que o reconhecimento da Contabilidade como ciência pela Academia de Ciências da França se deu nas primeiras décadas do século XIX.

Outro fato que ocorreu nesse período foi o início do ensino de Contabilidade no Brasil, com a vinda da família real portuguesa em 1808, ano em que foi criada uma cadeira de Ciências Econômicas, no Rio de Janeiro, atribuída a José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. No ano seguinte foram criadas as aulas de comércio por meio do alvará de 15 de julho⁵. Entre os marcos regulatórios ligados às aulas de comércio estão: o Decreto nº 456, de 1846, que regulamentou as primeiras aulas de comércio; o Decreto nº 769, de 1854, e o Decreto nº 1.763, de 1856, que reformaram as aulas de comércio; o Decreto nº 2.741, de 1861, que dividiu o curso do Instituto Comercial do Rio de Janeiro em preparatório e profissional; e os

foi confirmado que a obra de Bonavie já havia sido publicada em 1758, em Lisboa, pela editora Na Officina, de Miguel Manescal da Costa.

⁵ A cópia digital da primeira página do alvará foi extraída do sítio eletrônico da The John Carter Brown Library, podendo ser conferida no Anexo B.

Decretos nº 7.538, de 1879, e nº 7.679, de 1880, que reformularam o currículo desse curso. (ROSELLA *et al* in PELEIAS, 2006, p. 24-26).

Em 1902 o Instituto Comercial do Rio de Janeiro foi extinto, sendo criado, em seu lugar, a Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Nesse ano também foi fundada a Escola Prática de Comércio, posteriormente denominada Escola de Comércio Álvares Penteado e Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. O Decreto nº 20.158, de 1931, regularizou a profissão de contador e reorganizou o ensino comercial. (ROSELLA *et al* in PELEIAS, 2006, p. 27-28).

Segundo Rosella *et al* in Peleias (2006, p. 29), “o curso superior de Ciências Contábeis foi instituído pelo Decreto-lei nº 7.988, de 1945, com duração de quatro anos, concedendo o título de bacharel em Ciências Contábeis para aqueles que o concluíssem”. Os autores afirmam que, nesse ano, o governo do Estado de São Paulo criou, por meio do Decreto-lei nº 15.601/1946, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - FCEA⁶ na Universidade de São Paulo, a qual é apontada como o primeiro núcleo de pesquisa contábil no Brasil. No ano de 1946 surgiu o Decreto-lei nº 9.295, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do contador e do guarda-livros.

Em 1970 surgiu o curso de pós-graduação em nível de mestrado em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo e, em 1978, surgiu o curso em nível de doutorado (CAPES, 2009).

Em 1974, um grupo de professores da referida universidade criou a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI, que desde então tem trabalhado no financiamento de pesquisas e na organização de cursos, entre outros (FIPECAFI).

Em consulta ao sítio eletrônico da CAPES constatou-se a existência de dezoito cursos de pós-graduação em nível de mestrado e quatro cursos em nível de doutorado. Estes últimos foram fundados pela Universidade de São Paulo - USP (1978), pelo Programa Multi-Institucional e Inter-Regional – UnB/UFPB/UFRN/UFPE (2006), pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB (2008), e pela Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças – FUCAPE (2009).

⁶ Posteriormente o nome da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas foi alterado para Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FEA.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram divididos em categorias: dados dos grupos de pesquisa e dados dos pesquisadores. Os dados dos pesquisadores foram, ainda, divididos em níveis para melhor apresentar os resultados, havendo sido utilizados os seguintes níveis: graduação, especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado e livre docência.

3.1 Os Grupos de Pesquisa

A população da pesquisa foi composta por 210 grupos de pesquisa encontrados no sítio eletrônico do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq. Foi realizada uma busca com diversas palavras-chave ligadas à Contabilidade, tais como: contábil, contábeis, contabilidade, auditoria, custos etc. Com os resultados obtidos e eliminando-se os núcleos que apareceram em mais de uma busca listou-se um total de 360 grupos. Em seguida, cada grupo foi analisado para eliminar aqueles que não apresentavam linhas de pesquisa próprias da Contabilidade, de modo que restou um total de 210 grupos. Destes, foi coletada uma amostra não probabilística de aproximadamente 25%, ou seja, 53 grupos. A distribuição dos grupos, conforme *status* no DGP, indicou que 66% deles se encontram atualizados, 32% se encontram desatualizados e 2% se encontram em processo de carga. Todos os grupos tiveram sua última atualização feita entre 17/maio/2007 e 10/fevereiro/2010. Conforme a Figura 5, 21 grupos foram criados nos anos 2007 e 2008, ou seja, 40% do total.

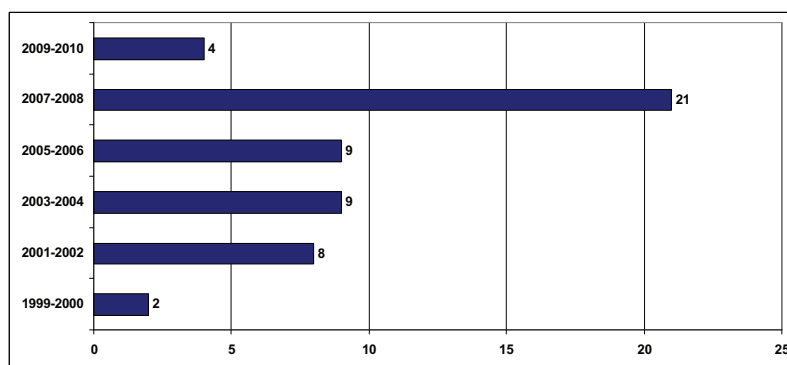


Figura 5 - Ano de criação dos grupos
Fonte: dados da pesquisa

A classificação dos grupos por grande área apresentou duas opções: Administração, 98% e Economia, 2%. Quanto ao número de líderes que os grupos possuem, também ocorreram duas opções: 60% com um líder e 40% com dois líderes. O número médio de

pesquisadores por grupo foi de aproximadamente 7 e a moda foi 3, que ocorreu sete vezes. O desvio padrão foi de 5,25, o que mostra uma distribuição considerada dispersa. A mediana encontrada foi 6 e a amplitude foi de 1 a 22 pesquisadores. A média de estudantes por grupos foi de aproximadamente 3,2 estudantes com um desvio padrão de 3,88, o que foi considerado bastante esparso. A moda foi de 0 (zero) estudante, o que implica a ausência de estudantes em 19 núcleos. A amplitude encontrada foi de 0 (zero) a 15 estudantes. Quanto ao número de técnicos vinculados aos grupos, foi verificado que 4% deles, ou seja, dois grupos, possuem dois técnicos, 11% (seis núcleos) possuem um técnico e os restantes 85% não possuem técnicos vinculados aos grupos.

3.2 Os Pesquisadores

Para análise dos pesquisadores foram usados os dados encontrados nos currículos da Plataforma *Lattes*. O total de nomes de pesquisadores encontrados em consulta aos grupos foi de 346, mas com a exclusão daqueles que aparecem em mais de um grupo atingiu-se um total de 314 pesquisadores. Considerando que em 53 grupos foram encontrados 314 pesquisadores, estimou-se que em 210 grupos deve haver aproximadamente 1.244 pesquisadores. As datas das atualizações mais recentes estão expostas na Figura 6 e mostram que 81% dos pesquisadores atualizaram o Currículo *Lattes* entre 2009 e 2010, de modo que a desatualização dos currículos não constituiu um fator que invalidasse os resultados desta pesquisa.

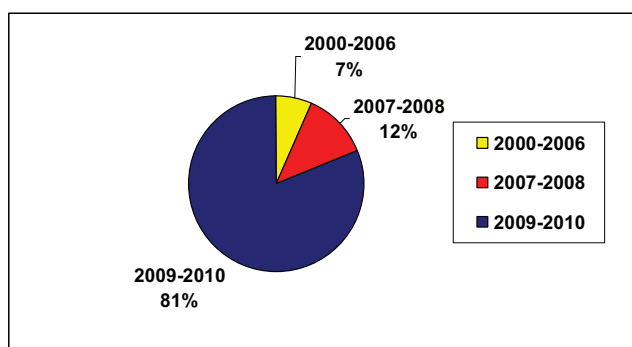


Figura 6 - Datas em que os grupos tiveram a atualização mais recente
Fonte: dados da pesquisa

3.2.1 Graduação

Em nível de graduação identificou-se que 66% da amostra possuem graduação em Ciências Contábeis, 17% possuem graduação em Administração, 12% possuem graduação em Economia, 6% possuem graduação em Direito e 18% possuem graduações em outros cursos, conforme mostra a Figura 7.

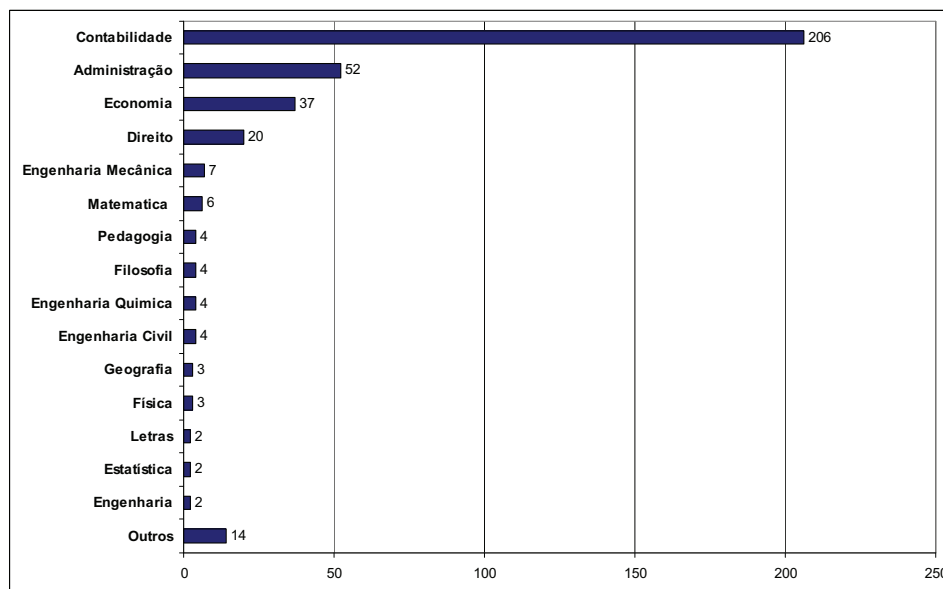


Figura 7 - Áreas em que os pesquisadores cursaram a graduação
 Fonte: dados da pesquisa

Os pesquisadores que possuem outras graduações se formaram em cursos de Agronomia (1), Agropecuária (1), Ciências Sociais (1), Educação Física (1), Engenharia de Minas (1), Engenharia de Produção (1), Engenharia de Produção Mecânica (1), Engenharia Elétrica (1), Informática (1), Medicina (1), Música Harmônica (1), Música Harmônica Virtuosa (1), Odontologia (1), Oficial Intendente do Exército (1).

A Figura 7 mostra ainda que, em nível de graduação, os cursos mais encontrados foram os de Contabilidade, Administração, Economia e Direito.

A Figura 8 mostra que 77% dos pesquisadores da amostra possuem uma graduação, 18% possuem duas graduações, 1% possui três graduações e 1% da amostra possui 4 graduações.

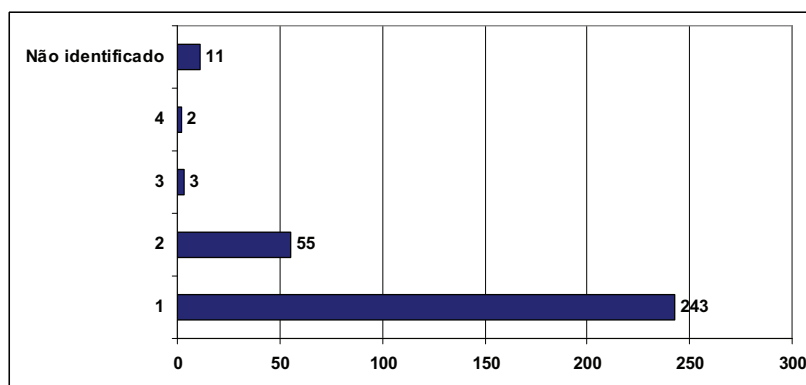


Figura 8 - Número de graduações cursadas pelos pesquisadores
Fonte: dados da pesquisa

Não foi possível identificar, através dos dados, a formação em nível de graduação de 11 pesquisadores, o que corresponde a 4% da amostra. O Quadro 2 demonstra a distribuição dos anos em que as graduações foram concluídas.

Período/Graduação	Primeira	Segunda	Terceira	Quarta	Total	%
1951-1955	1	0	0	0	1	0,27%
1956-1960	2	0	0	0	2	0,54%
1961-1965	3	1	0	0	4	1,08%
1966-1970	11	2	1	0	14	3,78%
1971-1975	18	8	0	1	27	7,30%
1976-1980	24	5	0	0	29	7,84%
1981-1985	44	6	0	0	50	13,51%
1986-1990	53	7	2	0	62	16,76%
1991-1995	51	11	1	1	64	17,30%
1996-2000	60	4	1	0	65	17,57%
2001-2005	30	10	0	0	40	10,81%
2006-2010	6	6	0	0	12	3,24%

Quadro 2 - Distribuição temporal das datas de conclusão da graduação
Fonte: dados da pesquisa

Como se pode observar, há uma concentração de aproximadamente 75% do total de graduações obtidas entre os anos de 1981 e 2005.

Quanto ao país das instituições em que as graduações foram concluídas, verificou-se que a maioria delas foi cursada em instituições brasileiras, sendo que apenas 5 (1% de todas as graduações) foram cursadas na Alemanha (1), Argentina (2), Peru (1) e EUA (1).

3.2.2 Especialização

Esta pesquisa também analisou a pós-graduação *lato sensu*. Assim, verificou-se que dos 314 pesquisadores listados inicialmente, 189 cursaram 244 cursos de especialização. A distribuição dos pesquisadores segundo a área da especialização é mostrada na Figura 9:

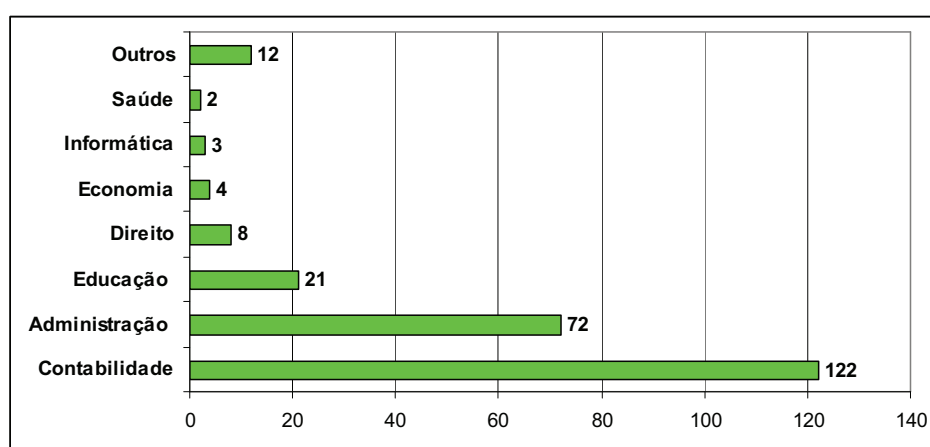


Figura 9 - Áreas em que os pesquisadores cursaram a especialização
Fonte: dados da pesquisa

As outras áreas apontadas pela Figura 9 são as áreas de Aplicações Militares (1), Contabilidade (1), Educação e Saúde (1), Engenharia Econômica (1), Formação Comercial para Setor Bancário (1), Globalização e Cultura (1), Governabilidade Eletrônica (1), Matemática (1), Orçamento Público, Planejamento Governamental (1), Projetos Sociais e Culturais (1), Sistemas de Informação (1) e Sociologia (1).

As áreas mais procuradas pelos pesquisadores para as especializações foram Contabilidade, Administração, Educação, Direito e Economia. O curso de Engenharia de Produção, que possuía relativa predominância no nível de mestrado, não foi apontado em nível de especialização. Os cursos na área de Educação obtiveram destaque na análise.

Do grupo de 189 pessoas que cursaram alguma das 244 especializações contabilizadas, 146 pesquisadores (77%) cursaram uma especialização, 34 (18%) cursaram duas especializações, 7 (4%) cursaram três, 1 pesquisador (0,5%) cursou quatro e 1 pesquisador (0,5) cursou cinco especializações.

A maioria das instituições em que os pesquisadores cursaram especializações eram instituições brasileiras (239 cursos; 98%). Também ocorreram especializações em instituições norte-americanas (4 cursos; 1,6%), britânicas (1 curso; 0,4%) e espanholas (1 curso; 0,4%).

Os anos em que as especializações foram concluídas também foram foco desta pesquisa e os resultados estão apresentados no Quadro 3:

	Primeira	Segunda	Terceira	Quarta	Quinta	Total	%
1956-1960	1	0	0	0	0	1	0,41%
1961-1965	1	0	0	0	0	1	0,41%
1966-1970	4	1	0	0	0	5	2,05%
1971-1975	3	1	0	0	0	4	1,64%
1976-1980	5	0	0	0	0	5	2,05%
1981-1985	3	2	0	0	0	5	2,05%
1986-1990	32	4	0	0	0	36	14,75%
1991-1995	25	11	2	0	0	38	15,57%
1996-2000	68	6	2	2	0	78	31,97%
2001-2005	34	8	4	0	1	47	19,26%
2006-2010	13	10	1	0	0	24	9,84%

Quadro 3 - Distribuição temporal das datas de conclusão das especializações

Fonte: dados da pesquisa

Como se pode verificar no Quadro 3, aproximadamente 51% das especializações foram concluídas entre os anos de 1996 e 2005. Outro fato significativo é que foram encontrados pesquisadores com até cinco especializações.

Ao tomar o resultado das análises da graduação, do mestrado e da especialização em conjunto, verifica-se que as áreas de Contabilidade e Administração compõem a base de formação da maioria dos pesquisadores de Contabilidade, apesar de que a totalidade de pesquisadores da amostra possui uma variedade de formações: exatas, humanas, sociais aplicadas, jurídica, linguística e saúde.

3.2.3 Mestrado

Quanto à pós-graduação em nível de mestrado foi identificado que 266 pesquisadores obtiveram mestrado em 273 cursos, de modo que 2,6% deles (sete pesquisadores) concluíram dois mestrados. A Figura 10 mostra em que áreas os mestrados foram cursados.

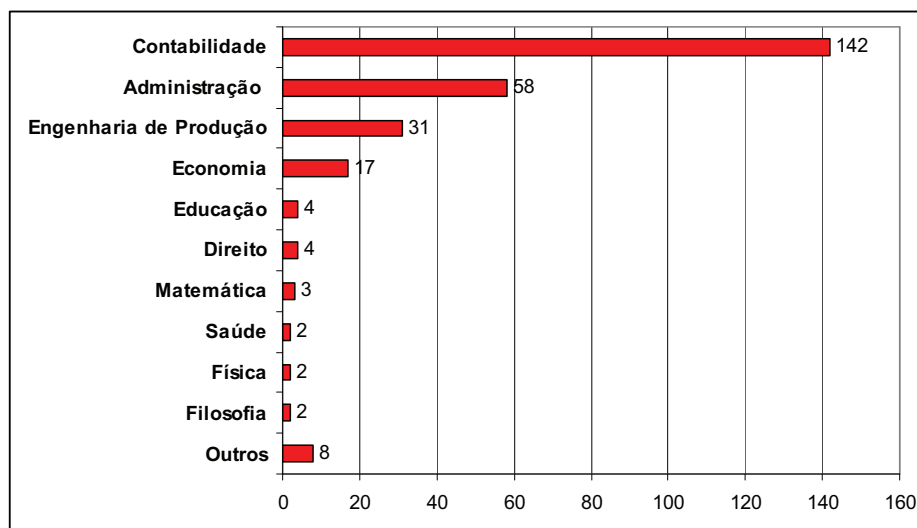


Figura 10 - Áreas em que os pesquisadores cursaram o mestrado
Fonte: dados da pesquisa

As outras pós-graduações a que a Figura 10 se refere são nas áreas de Desenvolvimento Regional (1), Engenharia (1), Engenharia de Transportes (1), Estatística (1), Geografia (1), Letras (1), Planejamento Urbano (1) e Química (1).

Em nível de mestrado, os cursos mais procurados foram os de Contabilidade, Administração, Engenharia de Produção e Economia. Logo, pode-se notar que o curso de Direito, que compunha o grupo dos quatro cursos mais buscados na graduação, foi substituído, em nível de mestrado, pelo de Engenharia de Produção.

Período/Mestrado	Primeiro	Segundo	Total	%
1971-1975	3	0	3	1,10%
1976-1980	11	1	12	4,40%
1981-1985	18	1	19	6,96%
1986-1990	9	0	9	3,30%
1991-1995	34	0	34	12,45%
1996-2000	50	1	51	18,68%
2001-2005	93	4	97	35,53%
2006-2010	48	0	48	17,58%

Quadro 4 - Distribuição temporal das datas de conclusão do mestrado

Fonte: dados da pesquisa

Como se pode verificar, há uma concentração de aproximadamente 84% de conclusão dos mestrados entre os anos de 1991 e 2010. Também se verificou que a maioria dos mestrados foi concluída no Brasil; apenas 3,6% (10) mestrados foram concluídos em universidades da França (5), EUA (2), Espanha (1), Portugal (1) e Reino Unido (1).

3.2.4 Doutorado

O número de pesquisadores doutores encontrados na amostra foi de 150, ou seja, aproximadamente 48%. Esses 150 doutores cursaram 152 doutorados, isto porque dois pesquisadores obtiveram dois títulos. As áreas em que eles desenvolveram suas teses de doutorado estão apresentadas na Figura 11 abaixo:

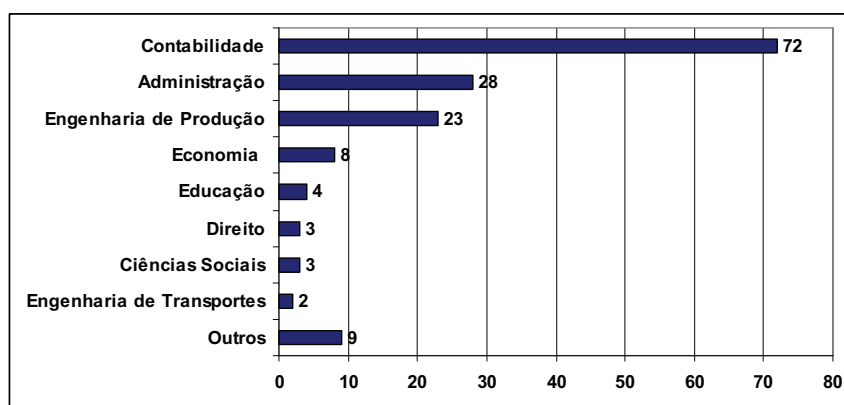


Figura 11 - Áreas em que os pesquisadores cursaram o doutorado

Fonte: dados da pesquisa

Como se pode analisar na Figura 11, as áreas mais procuradas pelos pesquisadores para o doutorado foram Contabilidade (48%), Administração (19%), Engenharia de Produção

(15%) e Economia (5%). As áreas que compuseram o título “Outros” foram Ciências (1), Ciências Empresariais (1), Ciências Políticas (1), Engenharia (1), Física (1), Geociências (1), Letras (1), Matemática (1) e Saúde (1). Também foram analisadas as instituições em que os pesquisadores concluíram os doutorados e verificou-se a seguinte distribuição:

Instituição	Quantidade	Percentual
Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP	6	3,95%
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ/RJ	1	0,66%
Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría	1	0,66%
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP	6	3,95%
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ	1	0,66%
Universidad Complutense de Madrid	1	0,66%
Universidad de Deusto	2	1,32%
Universidad de Sevilla	1	0,66%
Universidad de Zaragoza	2	1,32%
Universidad del Museu Social Argentino	1	0,66%
Universidad Nacional de Rosario	1	0,66%
Universidade de Brasília - UnB	1	0,66%
Universidade de São Paulo - USP	80	52,63%
Universidade Estadual Paulista - UNESP	1	0,66%
Universidade Federal da Paraíba - UFPB	1	0,66%
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	3	1,97%
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	4	2,63%
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	15	9,87%
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	1	0,66%
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	10	6,58%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	2	1,32%
Universität Hamburg	1	0,66%
Université de Grenoble II	1	0,66%
Université Paris 1	1	0,66%
Université Toulouse I Sciences Sociales	1	0,66%
University of Arizona	1	0,66%
University of Illinois	2	1,32%
University of Miami	1	0,66%
University of Minnesota	1	0,66%
University of Southampton	1	0,66%
University of Wisconsin	1	0,66%
Total	152	100%

Quadro 5 - Instituições em os pesquisadores cursaram o doutorado

Fonte: dados da pesquisa

Como se pode observar no Quadro 5, os doutores da amostra se formaram em 31 instituições diferentes. A maior parte deles se formou na Universidade de São Paulo (52,6%), na Universidade Federal de Santa Catarina (9,8%) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (6,5%). Também se pode observar que aproximadamente 13,1% dos pesquisadores procuraram instituições em outros países para o doutoramento.

País	Quantidade	Percentual
Alemanha	1	0,66%
Argentina	2	1,32%
Brasil	133	87,50%
Cuba	1	0,66%
Espanha	6	3,95%
Estados Unidos	5	3,29%
França	3	1,97%
Reino Unido	1	0,66%
Total	152	100,00%

Quadro 6 - Países em que os pesquisadores cursaram o doutorado
Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 6 mostra que apesar da maioria dos doutorados ter sido cursada no Brasil, alguns pesquisadores optaram por instituições espanholas, norte-americanas, francesas, alemãs, argentinas, cubanas e britânicas. Também se verificou os anos em que os pesquisadores concluíram seus doutorados, como mostra o Quadro 7.

Período	Quantidade	Percentual
1971-1975	1	0,66%
1976-1980	0	0,00%
1981-1985	5	3,29%
1986-1990	11	7,24%
1991-1995	10	6,58%
1996-2000	33	21,71%
2001-2005	53	34,87%
2006-2010	39	25,66%
Total	152	100%

Quadro 7 - Distribuição dos doutorados por ano de conclusão
Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 7 mostra que aproximadamente 82% dos doutorados foram concluídos entre os anos de 1996 e 2010. A análise dos doutorados mostrou que a maioria dos pesquisadores: i.

doutorou-se em Contabilidade; ii. doutorou-se em instituições brasileiras; iii. doutorou-se na Universidade de São Paulo e, iv. doutorou-se entre os anos de 1996 e 2010.

3.2.5 Pós-doutorado

A análise dos pós-doutorados indicou outros padrões na formação acadêmica dos pesquisadores em Contabilidade. Entre os 314 pesquisadores da amostra foram encontrados 24 que fizeram pós-doutorado, ou seja, aproximadamente 7%. Esses 24 pesquisadores fizeram 28 pós-doutorados, de modo que 4 deles fizeram dois. As instituições em que eles fizeram os pós-doutorados estão listadas no Quadro 8:

Instituição	Doutorado	Percentual
Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	1	3,57%
Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP	2	7,14%
Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría	1	3,57%
Justus-Liebig-Universität Giessen	1	3,57%
Laboratório Nacional de Astrofísica	1	3,57%
Otto-von-Guericke Universität	1	3,57%
Umeå Universitet	1	3,57%
Universidade de São Paulo - USP	6	21,43%
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	1	3,57%
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	1	3,57%
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	1	3,57%
Universität Oldenburg	1	3,57%
Université de Toulon et Du Var	1	3,57%
Université Pierre Mendès France Grenoble	1	3,57%
University of Cambridge	1	3,57%
University of Illinois	4	14,29%
University of London	1	3,57%
University of Miami	1	3,57%
University of Otago	1	3,57%
Total	28	100,00%

Quadro 8 - Instituições nas quais os pesquisadores cursaram o pós-doutorado
Fonte: dados da pesquisa

Como se pode ver no Quadro 8, os 24 pesquisadores que fizeram pós- doutorado distribuíram sua formação em 19 instituições diferentes. As instituições mais procuradas foram a Universidade de São Paulo (21,4%), a *University of Illinois* (14,2%) e a Fundação Getúlio Vargas - FGV/SP. Outro fato que a pesquisa apontou foi a distribuição das instituições pelos países em que estão sediadas. O Quadro 9 mostra tal distribuição.

País	Quantidade	Percentual
Alemanha	3	10,71%
Brasil	13	46,43%
Cuba	1	3,57%
Estados Unidos	5	17,86%
França	2	7,14%
Nova Zelândia	1	3,57%
Reino Unido	2	7,14%
Suécia	1	3,57%
Total	28	100,00%

Quadro 9 - Países nos quais os pesquisadores cursaram o pós-doutorado
Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 9 mostra que a distribuição dos pós-doutorados por país é mais ampla do que em nível de doutorado. O total de pós-doutorados cursados no Brasil foi de 46,4% enquanto que nos Estados Unidos foi de 17,8%, na Alemanha, 10,7%, na França, 7,1%, no Reino Unido, 7,1% e em Cuba, Nova Zelândia e Suécia foi de 3,5% em cada.

A redução dos 88% de doutorados cursados no Brasil para 46,4% dos pós-doutorados mostra que os pesquisadores preferem buscar instituições estrangeiras para desenvolver as pesquisas de pós-doutorado.

Também foram computados os anos que em os pós-doutorados foram concluídos e o resultado está apresentado na Figura 12:

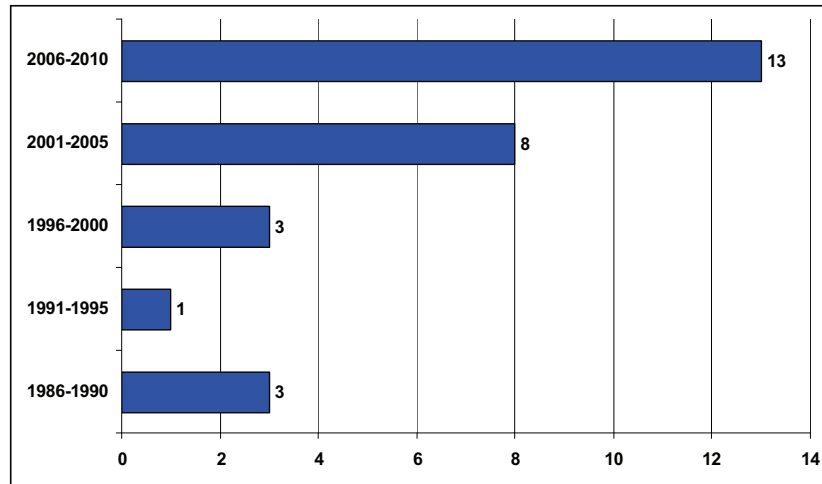


Figura 12 - Distribuição dos pós-doutorados por ano de conclusão
Fonte: dados da pesquisa

A Figura 12 mostra que 75% pós-doutorados foram desenvolvidos nos últimos dez anos. A análise dos pós-doutorados permitiu verificar-se que a maioria deles foi cursada em instituições estrangeiras (53,6%) e que as instituições mais procuradas por pesquisadores foram a Universidade de São Paulo, a *University of Illinois* e a FGV/SP. Também se averiguou que a maioria dos pós-doutorados foi concluída entre os anos de 2001 e 2010.

3.2.6 Livre-docência

A pesquisa também analisou os dados dos pesquisadores referentes à livre-docência. Dos 314 pesquisadores que compunham a amostra, dez possuem a titulação “livre-docente”. As áreas em que os pesquisadores defenderam livre-docência são apresentadas na Figura 13:

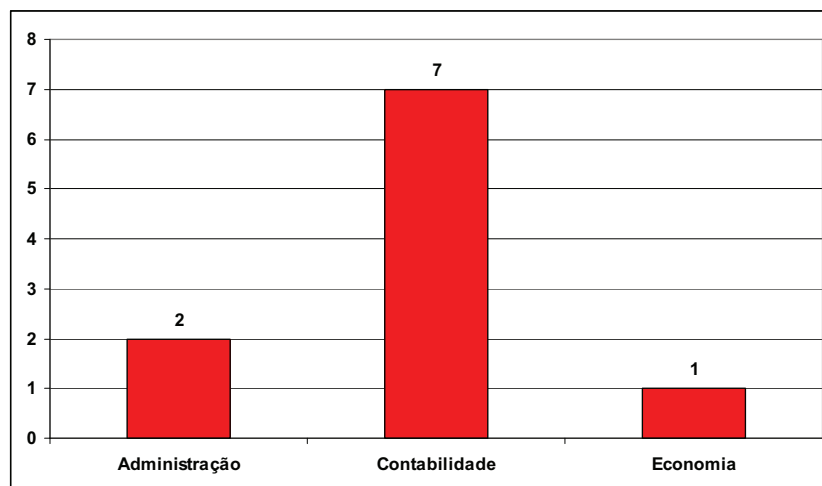


Figura 13 - Áreas em que os pesquisadores defenderam a livre-docência
Fonte: dados da pesquisa

Como se pode verificar, a maior parte delas foi desenvolvida na área de Contabilidade, seguida por Administração e Economia. Também foi investigado o ano de conclusão e obteve-se a seguinte distribuição:

Período	Quantidade	Percentuais
1985-1990	1	10%
1991-1995	3	30%
1996-2000	2	20%
2001-2005	4	40%
Total	10	100%

Quadro 10 - Distribuição das livres-docências por ano de conclusão
Fonte: dados da pesquisa

Como mostra o Quadro 10, pode-se observar que as livres-docências estão distribuídas entre 1985 e 2005. Por fim, identificaram-se em quais instituições as livres-docências foram desenvolvidas e listaram-se três universidades: Universidade de São Paulo (8), Universidade Federal do Ceará (1) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (1). Com isso, as características que delinham a livre-docência dos pesquisadores de Contabilidade no Brasil indicam que elas são defendidas, em sua maioria, na área de Contabilidade e na Universidade de São Paulo.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

O objetivo desta pesquisa - traçar um panorama do perfil dos grupos de pesquisa e dos pesquisadores de Contabilidade - possibilitou que se verificasse que a última atualização dos grupos no DGP foi entre 2007 e 2010. Do total da amostra de 53 grupos de pesquisa, 40% foram criados entre os anos de 2007 e 2008. Quanto ao número de líderes por grupo, verificou-se que 60% deles possuem um líder e 40% possuem dois líderes. O número médio de pesquisadores por grupo foi 7 e o desvio padrão calculado foi de 5,25. O número médio de estudantes por grupo foi de 3 e o desvio padrão foi de 3,88. Quanto ao número de técnicos que auxiliam os grupos de pesquisa, verificou-se que 15% dos grupos dispõem de tais profissionais.

A formação em nível de graduação dos pesquisadores foi identificada predominantemente nas áreas de Contabilidade, Administração, Economia e Direito. Também foi verificado que há pesquisadores com uma, duas, três e quatro cursos de graduação. A maioria das graduações foi cursada em instituições brasileiras, mas registraram-se casos de instituições alemãs, peruanas, argentinas e norte-americanas.

A formação dos pesquisadores em nível de mestrado foi identificada predominantemente nas áreas de Contabilidade, Administração, Engenharia de Produção e Economia. Houve casos identificados de pesquisadores que cursaram um ou dois cursos de mestrado. A maioria desses cursos foi concluída em instituições brasileiras, mas alguns pesquisadores optaram por cursos em instituições francesas, norte-americanas, espanholas, portuguesas e britânicas.

Em níveis de especialização, as áreas predominantes identificadas foram: Contabilidade, Administração, Educação, Direito e Economia. A maioria destes cursos foi realizada em instituições brasileiras, mas houve casos de instituições norte-americanas, britânicas e espanholas.

Ao se analisar o conjunto de dados verificou-se que a maioria dos pesquisadores de Contabilidade tem formação nas áreas de Contabilidade e Administração. No entanto, o conjunto de formações encontrado na amostra engloba as mais diversas áreas do conhecimento, incluindo as ciências sociais aplicadas, exatas, humanas, jurídica, linguística e da saúde.

O objetivo desta pesquisa foi traçar o perfil acadêmico dos pesquisadores de Contabilidade do Brasil em níveis de doutorado, pós-doutorado e de livre-docência. O total de

pesquisadores que compôs a amostra desta pesquisa foi 314. Destes, 150 cursaram doutorado, 24 fizeram pós-doutorado e 10 defenderam livre-docência, o que corresponde a aproximadamente 47,7%, 7,6% e 3,1% da amostra, respectivamente.

A maior parte dos doutorados foi cursada na área de Contabilidade (48%), seguida de Administração (19%) e Engenharia de Produção (15%). A instituição que mais graduou doutores foi a Universidade de São Paulo, seguida da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A maioria dos doutorados foi cursada em instituições brasileiras e concluída entre 1996 e 2010.

Quanto aos pós-doutorados, verificou-se que as instituições mais procuradas pelos pesquisadores foram a Universidade de São Paulo, a *University of Illinois* e a Fundação Getúlio Vargas – FGV/SP. Aproximadamente 53,6% dos pós-doutorados foram concluídos em instituições estrangeiras, e a maioria deles foi concluída entre os anos de 2001 e 2010.

Já a maioria das livres-docências foi apresentada na Universidade de São Paulo (80%) e na área de Contabilidade (70%), entre os anos de 1985 e 2005.

Como sugestão para trabalhos futuros, aconselha-se aumentar o tamanho da amostra para estimar um perfil de pesquisador mais preciso, bem como analisar qualitativa e quantitativa os trabalhos acadêmicos desses pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Missão**. Disponível em: <http://www.abc.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=30>. Acesso em: 19 jan. 2010.
- ANDER-EGG, Ezequiel. *Introducción a las técnicas de investigación social: para trabajadores sociales*. Buenos Aires: Humanitas, 1978.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2010.
- BELL, Eric Temple. *Gauss, the prince of mathematicians*. In: NEWMAN, James R. *The world of mathematics*. New York: Simon and Schuster, 1956. Cap. 11, p. 305.
- BOYER, Carl Benjamin. **História da matemática**. 2. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1996.
- BUNGE, Mario. *La investigación científica*. Barcelona: Colección Convivium, Ariel, 1969.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo : Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951. **Cria o Conselho Nacional de Pesquisas e da Outras Providencias**. <http://centrodememoria.cnpq.br/legis1951.html>
- BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/>
- BRASIL. Decreto-Lei n.º 29.741, de 11 de julho de 1951. **Institui uma Comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior**. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=161737>
- BRONOWSKI, Jacob. **A escalada do homem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; Brasília (DF): Ed. Univ. de Brasília, 1983.
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Cinqüentenário do CNPq**: notícias sobre a pesquisa no Brasil. Brasília: CNPq, 2001.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Missão**. Disponível em: <<http://centrodememoria.cnpq.br/Missao.html>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/diretorioc/html/infogeral/index.html>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – CNPQ. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/index.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2010.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **História e Missão**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/historia-e-missao>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

CROWTHER, J. G. *British Scientists of the Nineteenth Century*. London: Routledge and Kegan Paul Ltd, 1935.

EBY, Frederick. **Historia da educação moderna**: Teoria, organização e práticas educacionais. 5. ed. - Porto Alegre: Globo, 1978.

EGITO. Universidade Al-Azhar. (جامعة الازهر ترحب بكم) **Sobre a Universidade Al-Azhar**. (ذبده عن جامعة الأزهر) Disponível em: <<http://www.azhar.edu.eg/>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

ESPANHA. Biblioteca Nacional de España. **Catálogo BNE**. Disponível em: <<http://catalogo.bne.es/uhtbin/webcat>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Smithsonian Institution Libraries Publications. *Explore the Incunabula Collection*. Disponível em: <http://www.sil.si.edu/digitalcollections/incunabula/CF/image_details.cfm?goff=L-0315>. Acesso em: 27 jan. 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. The John Carter Brown Library. *Index of Laws*. Disponível em: <http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1809_docs/L23_p01.html>. Acesso em: 01 fev. 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Library Of Congress. *Library of Congress Online Catalogs*. Disponível em: <<http://www.loc.gov/index.html>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. New York Public Library. *Catalog*. Disponível em: <<http://www.nypl.org/>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

FRANÇA. Bibliothèque Nationale de France. *BnF Catalogue Général*. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/jsp/recherchemots_simple.jsp?nouvelleRecherche=O&nouveaute=O&host=catalogue>. Acesso em: 27 jan. 2010.

FRANÇA. Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. *History of the University*. Disponível em: <<http://www.univ-paris1.fr/international/pantheon-sorbonne-university/history-of-the-university/>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB. **Doutorado em Ciências Contábeis**. Disponível em: <http://www.furb.br/novo/index.php?option=conteudo&Itemid=1939&sis_id_lang=1>. Acesso em: 01 fev. 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Resumo Técnico - Censo da Educação Superior 2008**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2010.

INGLATERRA. University of Oxford. *A brief history of the University*. Disponível em: <http://www.ox.ac.uk/about_the_university/introducing_oxford/a_brief_history_of_the_university/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2010.

ITÁLIA. Biblioteca nazionale centrale di Roma. *Catalogui*. Disponível em: <<http://www.bncrm.librari.beniculturali.it/index.php?it/2/cataloghi>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

ITÁLIA. Università di Bologna. *La nostra storia*. Disponível em: <<http://www.unibo.it/Portale/Ateneo/La+nostra+storia/default.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCHE, Jose Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

KRONICK, D. A. *A history of scientific and technical periodicals*. New York: Scarecrow Press, 1962.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARROCOS. Université Quaraouiyine. *Creation*. Disponível em: <<http://www.enssup.gov.ma/etablissements/univquarFes.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação Científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Portaria nº 816, de 17 de dezembro de 2002. **Regimento Interno do CNPq**. <http://centrodememoria.cnpq.br/port816.html>

NÉRICI, Imídeo Giuseppe. **Introdução a lógica**. 5. ed. São Paulo: Nobel, 1978.

OLIVEIRA, Maria Marli de. **Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 200 p.

OUTEIRO, José Maria D'Almeida. **Estudos sobre escrituração mercantil por partidas dobradas em matéria de mercadorias**. 3. ed. rev. e amp. Porto: Internacional, 1875.

PELÉIAS, Ivam Ricardo. **Didática do ensino da contabilidade: aplicável a outros cursos superiores**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PERROY, Édouard. **A Idade Média: o período da Europa feudal, do Islã turco e da Ásia Mongólica (séculos XI-XIII)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

PESSOA, Maria Naiula Monteiro; SELIG, Paulo Mauricio. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro Tecnológico. **Gestão das universidades federais**

brasileiras um modelo fundamentado no Balanced Scorecard /. Florianópolis, 2000. 343 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico.

POINCARÉ, Henri. **O valor da ciência**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

POINCARÉ, Henri. **A ciência e a hipótese**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

POISL, Erly Arno. **A contabilidade como doutrina científica**: fundamentação por esboço bibliográfico e referência histórica. Um ensaio como introdução à teoria da contabilidade. Novo Hamburgo: [s. n.], 1996.

PORTUGAL. Biblioteca Nacional de Portugal. **Catálogo na BNP**. Disponível em: <<http://www.bnportugal.pt/>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, Ilse Maria et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 3, p. 76-97.

REINO UNIDO. The British Library. **Integrated Catalogue**. Disponível em: <http://catalogue.bl.uk/F/?func=file&file_name=login-bl-list>. Acesso em: 27 jan. 2010.

RODRIGUES, R. M. **Pesquisa Acadêmica**: como facilitar o processo de elaboração de suas etapas. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antonio Lopes de. Uma Obra de Cultura Contábil de 1363. **Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p.28-32, ago. 1992. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/518/378>>. Acesso em: 28 jan. 2010.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História do pensamento contábil**. São Paulo: Atlas, 2006.

SIMMONS, John. **Os 100 maiores cientistas da história: uma classificação dos cientistas mais influentes do passado e do presente**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA. **Breve histórico da entidade**. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/site/asbpc/mostra.php?id=474&secao=304>>. Acesso em: 19 jan. 2010.

URBIZAGASTEGUI, Ruben. A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 37, p.87-102, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf>>. Acesso em: 14 jan. 2010.

VANGERMEERSCH, Richard. Printing Press. In: CHATFIELD, Michael;
VANGERMEERSCH, Richard. *The history of accounting: an international encyclopedia*. New York: Garland, 1996. p. 477.

VATICANO. Biblioteca Apostolica Vatinaca. *Cataloghi Online*. Disponível em: <<http://www.vatlib.it/BAVT/home.asp?LANGUAGE=ita&DPT=gen>>. Acesso em: 27 jan. 2010.

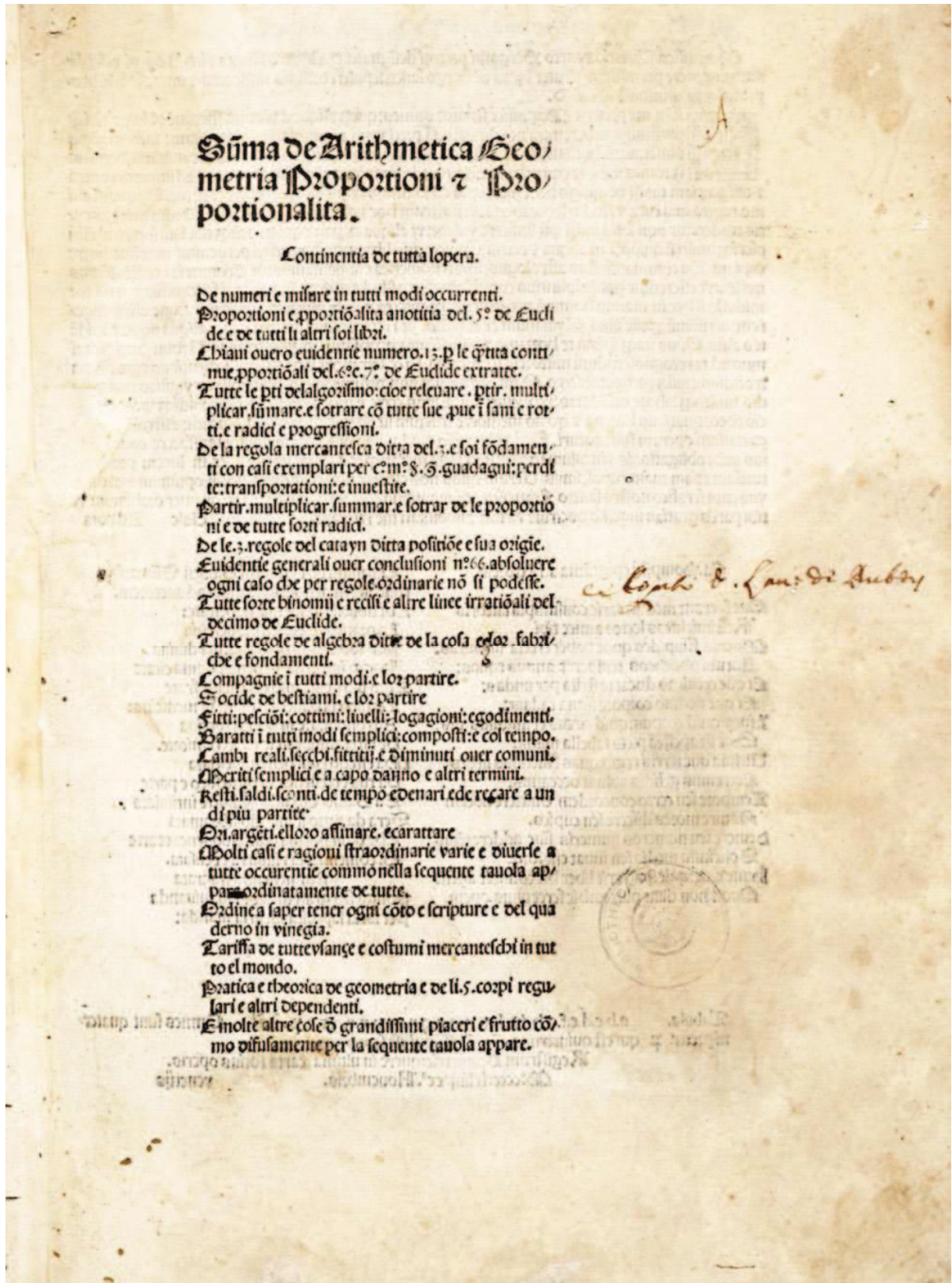
VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média**. São Paulo: Ed. UNESP, 1990.

WEATHERALL, M. **Método científico**. São Paulo: USP: Polígono, 1970.

ZANELLA, Liane Carly Hermes; VIEIRA, Eleonora Milano Falcão; MORAES, Marialice de. **Técnicas de Pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências Contábeis/UFSC, 2007.

ZIMAN, John Michael. **Conhecimento público**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

ANEXO A - Sumário do livro Summa de Arithmetica Geometria Proportioni i Proportionalita



Fonte: Smithsonian Institution Libraries Publications

Disponível em: http://www.sil.si.edu/digitalcollections/incunabula/CF/image_details.cfm?goff=L-0315

ANEXO B - Primeira página do Alvará de 15 de julho de 1809, que instituiu as aulas de comércio.

IU O PRINCIPE REGENTE Faço saber aos que o presente Alvará com força de Lei virem; que sendo-me presente em Consulta da Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Estado, e Dominios Ultramarinos: Que Havendo Eu Creado este Tribunal com o designio de fazer prosperar estes objectos de sua incumbencia para augmento da felicidade publica, era de absoluta necessidade, que elle tivesse rendimentos propios, e bastantes, não só para o pagamento dos Deputados, e Officiaes empregados no seu expediente, mas tambem, e principalmente para as despezas, que for necessario, e conveniente fazer-se; já para a Construcção de huma Praça de Commercio, onde se ajuntem os Comerciantes a tratar das suas transacções, e empresas mercantis; já para o estabelecimento de Aulas de Commercio, em que se vão doutrinar aquelles dos Meus Vassallos, que quizerem entrar nesta util Profissão, instruidos nos Conhecimentos propios della; já para se conferirem premios aos que mais se avantajarem em algum genero de industria, introduzindo, ou apresentando alguma nova maquina, que poupe braços, ou qualquer outra invenção util nas Artes, na Agricultura, e Navegação, por maneira que as adiantem, e promovao; e já finalmente para a compra de maquinas, e despezas de transportes de sementes, e plantas uteis, e para o melhoramento de Canaes, e Estradas, que facilitem o Commercio interno, e com elle a Lavoura, e a População: E que por estes mesmos motivos se impozirão em Portugal contribuições moderadas para a Junta do Commercio depois erigida em Tribunal Regio, que as ficou conservando: Propondo-se-Me a necessidade, não só de estabelecer para este fim prestações moderadas, que não embarassem, e retardem o livre giro das mercadorias, e não sejam complicadas na arrecadação, mas tambem a de formar-se huma Contadoria, na qual se possão examinar as Contas que pertencerem á inspecção do Tribunal, e se fiscalize toda a receita e despesa, e o hom uzo, que as Fabricas fizerão dos generos, que se lhes permittirão livres de Direitos em conformidade do Alvará de vinte e oito de Abril do corrente anno.

Original in the John Carter Brown Library at Brown University

Fonte: The John Carter Brown Library

Disponível em: http://www.brown.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/CB/1809_docs/L23_p01.html